



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE  
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**MATERNIDADE SOB O OLHAR ANTROPOLÓGICO:  
REFLEXÕES SOBRE TORNAR-SE MÃE E ANTROPÓLOGA**

**SILVIA THAIS CORRÊA CEZAR GONSALVES ROSA**

Foz do Iguaçu  
2024

**MATERNIDADE SOB O OLHAR ANTROPOLÓGICO:  
REFLEXÕES SOBRE TORNAR-SE MÃE E ANTROPÓLOGA**

**SILVIA THAIS CORRÊA CEZAR GONSALVES ROSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa

Foz do Iguaçu  
2024

SILVIA THAIS CORRÊA CEZAR GONSALVES ROSA

**MATERNIDADE SOB O OLHAR ANTROPOLÓGICO:  
REFLEXÕES SOBRE O TORNAR-SE MÃE E ANTROPÓLOGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa  
UNILA

---

Prof. Dra. Élen Cristiane Schneider  
UNILA

---

Prof. Dra. Angela Maria de Souza  
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de outubro de 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

À mim mesma, por não desistir, e por fim, por falar, por escrever e por expressar tantas questões, dores e sofrimentos que ainda estão em processo de ressignificação.

À minha família, que sempre foi minha base. Gratidão por todo apoio, suporte e incentivo que vocês me ofereceram ao longo de minha existência.

À minha mamãe, Carmen Regina Corrêa Cezar, minha inspiração. Sem você, esse trabalho não seria possível.

À flor mais cativante do meu jardim, Flora, minha filha.

Às professoras e aos professores da graduação, que ao longo de minha jornada acadêmica foram e continuam sendo minhas grandes referências e fontes de inspiração.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, pela oportunidade de acesso à educação superior pública e de qualidade.

*“Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito - a voz liberta” (hooks, 2019, p.38).*

## RESUMO

O presente trabalho analisa a maternidade a partir de uma perspectiva multifacetada, transcendendo a visão de que a maternidade é uma condição natural, intrínseca e inerente às mulheres. É importante salientar que este trabalho foi gestado e nasceu juntamente com o processo de tornar-se mãe da própria pesquisadora, que mediante as suas vivências enquanto “mãe de primeira viagem” e acadêmica de antropologia, se deparou com diversas inquietações, questionamentos e processos autorreflexivos sobre o que representa ser mulher e mãe na sociedade. Neste trabalho, o pessoal foi tomado como investigativo e científico. A partir da análise da narrativa pessoal, possibilitada pela abordagem autoetnográfica, juntamente com o aporte bibliográfico, buscou-se aprofundar a discussão sobre a complexidade dos fenômenos sociais, culturais e psicológicos que envolvem a maternidade, apresentando a realidade multifacetada do maternar e os desafios enfrentados por mulheres ao longo da história. Para tanto, buscou-se apresentar um breve resgate histórico de discursos que foram elaborados ao longo dos séculos acerca das mulheres e da maternidade, que constituem essa construção da maternidade e de ideias que ainda estão enraizados em nosso imaginário social. Além disso, buscou-se apresentar um breve panorama acerca das lutas das mulheres e do movimento feminista frente a esses processos, além de refletir sobre como a temática da maternidade está inserida no contexto do fazer antropológico, para que novos caminhos possam ser delineados no campo da Antropologia. A partir deste trabalho, observa-se a importância em discutir sobre este tema que ainda é invisibilizado em nossa sociedade, inclusive no meio acadêmico. Este estudo aponta a importância da continuidade de pesquisas, especialmente sobre a questão da saúde mental das mulheres frente ao maternar, para promover um entendimento mais plural das realidades e vivências de mulheres mães na sociedade. Nesse sentido, observa-se a necessidade de análises mais profundas a partir da interseccionalidade, considerando que a maternidade é atravessada por condições de raça, classe e gênero, atingindo mulheres e suas subjetividades de formas diferentes.

**Palavras-chave:** maternidade; mulher; mãe; antropologia; autoetnografia.

## RESUMEN

This work analyzes motherhood from a multifaceted perspective, transcending the view that motherhood is a natural, intrinsic, and inherent condition for women. It is important to note that this research was conceived and developed alongside the researcher's own journey of becoming a mother. As a "first-time mom" and an anthropology student, the author encountered various concerns, questions, and self-reflective processes about what it means to be a woman and a mother in society. In this study, the personal was taken as investigative and scientific. Through the analysis of the personal narrative, enabled by an autoethnographic approach, along with bibliographic support, the aim was to delve deeper into the complexity of the social, cultural, and psychological phenomena surrounding motherhood, presenting the multifaceted reality of mothering and the challenges faced by women throughout history. To achieve this, the work presents a brief historical overview of the discourses about women and motherhood that have been constructed over centuries and that still shape our social imagination. In addition, it offers a brief panorama of the struggles of women and the feminist movement in relation to these processes, and reflects on how motherhood is situated within the context of anthropological practice, suggesting new paths for research in the field of Anthropology. This study highlights the importance of discussing a topic that remains largely invisible in our society, including within academia. It emphasizes the need for further research, particularly regarding the mental health of women in the context of motherhood, to foster a more plural understanding of the realities and experiences of mothers in society. In this sense, it underscores the need for deeper analyses through an intersectional lens, considering that motherhood is influenced by race, class, and gender, affecting women and their subjectivities in different ways.

**Keywords:** motherhood; woman; mother; anthropology; autoethnography.

## ABSTRACT

Este trabajo analiza la maternidad desde una perspectiva multifacética, trascendiendo la visión de que la maternidad es una condición natural, intrínseca e inherente a las mujeres. Es importante destacar que este trabajo fue gestado y nació junto con el proceso de convertirse en madre de la propia investigadora, que a través de sus vivencias como "mamá primeriza" y académica de antropología, se encontró con diversas inquietudes, cuestionamientos y procesos autorreflexivos sobre lo que significa ser mujer y madre en la sociedad. En este trabajo, lo personal se tomó como objeto de investigación científica. A partir del análisis de la narrativa personal, posibilitada por el enfoque autoetnográfico, junto con el apoyo bibliográfico, se buscó profundizar en la discusión sobre la complejidad de los fenómenos sociales, culturales y psicológicos que rodean la maternidad, presentando la realidad multifacética de la experiencia materna y los desafíos que enfrentan las mujeres a lo largo de la historia. Para ello, se presentó un breve rescate histórico de los discursos que han sido elaborados a lo largo de los siglos sobre las mujeres y la maternidad, los cuales constituyen esta construcción de la maternidad y de ideas que aún están profundamente arraigadas en nuestro imaginario social. Además, se presentó un breve panorama sobre las luchas de las mujeres y el movimiento feminista ante estos procesos, y se reflexionó sobre cómo la temática de la maternidad se inserta en el contexto del quehacer antropológico, para que nuevos caminos puedan ser trazados en el campo de la Antropología. A partir de este trabajo, se observó la importancia de debatir sobre este tema que sigue siendo invisibilizado en nuestra sociedad, incluso en el ámbito académico. Este estudio destaca la importancia de la continuidad de las investigaciones, especialmente sobre la cuestión de la salud mental de las mujeres en relación con la maternidad, para promover una comprensión más plural de las realidades y experiencias de las mujeres madres en la sociedad. En este sentido, se observa la necesidad de análisis más profundos desde la interseccionalidad, considerando que la maternidad está atravesada por condiciones de raza, clase y género, afectando a las mujeres y sus subjetividades de maneras diferentes.

**Palabras clave:** maternidad; mujer; madre; antropología; autoetnografía.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABANNE	Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
EUA	Estados Unidos da América
GT	Grupo de Trabalho
HMCC	Hospital Ministro Costa Cavalcanti
NBFO	National Black Feminist Organization
OMS	Organização Mundial da Saúde
REA	Reunião Equatorial de Antropologia
SARS-COV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCI	Unidade de Cuidados Intermediários
UCINCA	Unidade Canguru
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UTIN	Unidade de Terapia Intensiva Neonatal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
1.1 POR QUE PESQUISAR SOBRE MATERNIDADE?.....	15
1.2 ANTROPOLOGIA E MATERNIDADE: QUANDO O PESSOAL VIRA ACADÊMICO E CIENTÍFICO.....	21
<b>CAPÍTULO 2: A MATERNIDADE CONSTRUÍDA: ROMANTIZAÇÃO, IDEALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO E DAS VIVÊNCIAS DE MATERNIDADE.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 3: FEMINISMOS E MATERNIDADES: O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS VERTENTES FRENTE AS DISCUSSÕES SOBRE MATERNIDADE.....</b>	<b>55</b>
3.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA: A LUTA POR DIREITOS.....	56
3.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA: CONTESTANDO A EQUAÇÃO MULHER = MÃE.....	60
3.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA: NÓS TAMBÉM EXISTIMOS!.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

A maternidade, ao longo da história, foi construída como um elemento central da identidade feminina, sendo romantizada, idealizada e normatizada através de vários discursos sociais, que reforçam a ideia de papéis e funções de gênero específicas a homens e mulheres na sociedade. Essa visão romântica da maternidade, muitas vezes apresentada como um destino inevitável para as mulheres, reforça a ideia de que ser mãe é uma condição essencial para a completude e realização pessoal enquanto ser humano. No entanto, essa concepção representa um produto social e cultural que, ao longo dos séculos, foi utilizado para confinar as mulheres ao espaço doméstico e às tarefas de cuidado.

Gestação, parto e pós-parto são temáticas de grande relevância para os estudos das ciências sociais, especialmente para a área da Antropologia. Para muito além dos fenômenos biológicos que envolvem tais processos, estas experiências estão diretamente atreladas a outras dimensões muito complexas que envolvem fenômenos sociais, psicológicos, culturais, históricos, políticos e econômicos. É justamente nessa direção em comum, que as várias abordagens antropológicas buscam trilhar caminhos, cada qual com suas percepções, frente a desnaturalização e a problematização daquilo que é visto como um dado natural, como por exemplo, a maternidade (MALUF, 2001).

A motivação para a realização deste estudo emerge da própria vivência da autora frente aos processos de tornar-se mãe enquanto acadêmica do curso de antropologia. A partir de uma abordagem autoetnográfica, busca-se também, propor uma reflexão profunda, marcada por experiências pessoais e subjetivas frente aos temas abordados e discutidos juntamente com o arcabouço teórico, procurando ilustrar como as construções socioculturais sobre a maternidade se manifestam e impactam a vida real das mulheres. Neste aspecto, é importante salientar que neste trabalho, assumo minha própria voz enquanto mulher, autodeclarada parda, heterossexual, sendo psicóloga, formanda em antropologia, vivendo meu 27 ciclo de existência e há cerca de 2 anos vivendo o que chamamos de “maternidade real”.

Como bem descrito por Débora Allebrandt, as “tensões que me levaram à escrita de uma autoetnografia foram produto de múltiplos silenciamentos que me fizeram questionar meu lugar como pesquisadora do tema, minimizaram e tentaram sobrescrever meu sofrimento (ALLEBRANDT, 2022, p. 14). Portanto, neste trabalho encontrei a possibilidade de olhar para si e ao mesmo tempo, olhar para outras mulheres que tive

contato ao longo desta jornada com o mundo da maternidade. Assim, este trabalho representa um movimento de olhar para o campo, e ao mesmo tempo, se ver inserida nele.

Este método permite uma compreensão mais rica e contextualizada, possibilitando que as experiências individuais sejam vistas como parte de um quadro mais amplo de práticas e expectativas socioculturais. É importante dizer que este processo não aconteceu de maneira harmônica ou fluida. A escrita de si foi marcada por bloqueios, rupturas e diversas situações em que me deparei com a possibilidade da desistência. Nas diversas tentativas de escrever este trabalho, “me dei conta de que não se trata apenas de uma narrativa pessoal, mas de uma articulação de uma experiência em meio a um cenário de silenciamentos que muitas vezes (re)produzem violências (ALLEBRANDT, 2022, p. 5). O ato de falar em primeira pessoa, de compartilhar vivências, emoções, sentimentos e dores, está imbricado com questões muito complexas que evocam medos, inseguranças e angústias.

Assim como a maternidade, este trabalho também foi marcado por sentimentos de ambivalência: em várias situações da escrita e da leitura do texto, senti vergonha, culpa, medo do julgamento, de não ser levada a sério, de ser mal interpretada, de me expor demais. Mas ao mesmo tempo, também pude me deparar com o orgulho, a admiração, a coragem, a resiliência e com a possibilidade da transição do silêncio para a expressão, para a fala. Portanto, esse trabalho é tomado como “um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento” (hooks, 2019, p. 38). Assim, juntamente com a metodologia da autoetnografia, recorreu-se a revisão bibliográfica para possibilitar as discussões propostas e analisar teoricamente o objeto de estudo, a partir da análise de textos acadêmicos, artigos científicos e livros, especialmente na área das ciências sociais e da saúde.

Deste modo, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral promover uma discussão voltada à desconstrução da maternidade romantizada e a desnaturalização da maternidade compulsória, no sentido de propor reflexões e críticas a tais ideias que enclausuram as questões identitárias das mulheres a papéis e funções sociais muito específicos na sociedade, tanto no ambiente privado, do lar, quanto fora dele. Nesse sentido, compreende-se que a maternidade se constitui enquanto um fenômeno social, cultural e político, onde as diferentes experiências de ser mulher e mãe são atravessadas por aspectos mais complexos que transcendem o biológico, envolvendo questões de gênero, de raça, de classe, dentre outras formas de classificação, poder, controle e opressão sob formas de experiências e de subjetividades nas sociedades

(SCAVONE, 2001).

Considerando esse cenário, define-se os seguintes objetivos específicos para melhor atingir o objetivo central proposto nesta pesquisa, sendo eles: (1) compreender os processos de romantização da maternidade e de naturalização do feminino frente às experiências relacionadas à função materna, a partir de um breve resgate histórico de discursos que foram elaborados ao longo dos séculos acerca das mulheres e da maternidade, (2) propor inquietações sobre o fenômeno abordado a partir da narrativa pessoal da própria autora frente as suas experiências de maternidade; (3) apresentar um breve panorama acerca das lutas das mulheres e do movimento feminista, em suas diferentes vertentes, frente as discussões acerca da maternidade.

No primeiro capítulo deste trabalho será realizado uma breve apresentação do campo de pesquisa, no sentido de explorar os motivos que me levaram a pesquisar a maternidade, além de apresentar justificativas importantes sobre a pesquisa da maternidade a partir do olhar antropológico. Também busca-se propor uma reflexão sobre como a temática da maternidade tem sido abordada no campo da Antropologia, e a partir desta leitura, possibilitar que novos caminhos e diálogos possam ser cultivados futuramente. No segundo capítulo, será aprofundado na questão da construção social e cultural da maternidade, a partir de um breve resgate histórico de discursos que foram elaborados ao longo dos séculos acerca das mulheres e da maternidade, busca-se compreender a forma com que essa construção afeta as vivências de maternidade ainda atualmente. Para enriquecer o debate proposto, também será apresentado a narrativa pessoal da pesquisadora frente às vivências de maternidade, para melhor compreender estes processos.

No capítulo final, discorre-se sobre as relações entre feminismo e maternidade, a partir de um breve resgate do movimento feminista, em suas diferentes vertentes e abordagens, busca-se compreender como a luta das mulheres, ao longo dos séculos, tem sido fundamental para a desconstrução e desmitificação de temas tabus que envolvem o ser mulher na sociedade, no sentido de demonstrar a forma com que as discussões e questionamentos levantados por mulheres em suas múltiplas identidades e demandas, se tornaram fundamentais para redefinir e diversificar as experiências de maternidade, abrindo espaço para um entendimento mais plural e inclusivo do que é ser mulher ou mãe nas sociedades patriarcais.

## CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA

### 1.1 POR QUE PESQUISAR SOBRE MATERNIDADE?

A escolha do tema de pesquisa surgiu a partir de minha experiência pessoal frente a dois eventos, que foram vivenciados simultaneamente, e que considero os eventos mais inesperados de minha existência: a descoberta de minha gravidez durante o contexto de pandemia. Devido a disseminação mundial do *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), doença causada pelo novo coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave, denominado *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2), o contexto de pandemia foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 (OPAS, 2022). Considerando que a infecção e a transmissão do coronavírus ocorre mediante ao contato direto com secreções contaminadas contidas no ar ou através do contato entre pessoas e/ou objetos contaminados, a pandemia causou uma série de mudanças e reconfigurações na vida diária e nas atividades cotidianas da população, resultando especialmente na adoção de medidas de distanciamento social (ARRAIS *et al.*, 2021).

Deste modo, assim como em outras instituições de ensino do país, as aulas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foram suspensas por tempo indeterminado, tendo em vista a necessidade da prevenção ao contágio do COVID-19. Nesse período, eu já me encontrava na situação de “formanda”. Ou seja, eu estava (ou deveria estar) na fase final da graduação em Antropologia, período do curso voltado às atividades de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Após meses sem aulas, as atividades acadêmicas na UNILA somente retornaram em setembro de 2020, através do ensino remoto. Nessa época, além do contexto pandêmico em si, eu também enfrentava algumas questões pessoais. Foi uma época difícil, emocionalmente falando, o que afetou diretamente a forma com que elaborei minhas percepções sobre meu futuro acadêmico, e conseqüentemente, o modo que me posicionei frente aos obstáculos, em especial a realização do TCC.

Nessa época, para não virar mais uma estatística da evasão universitária, optei por cursar apenas disciplinas optativas e/ou livres durante o período excepcional de ensino a distância. No decorrer desse processo de aulas remotas e da vivência de processos subjetivos relacionados à procrastinação e autossabotagem frente a finalização da graduação, eu engravidei. A descoberta de minha gravidez aconteceu no dia 21 de

setembro de 2021. Apesar do sucesso significativo da ampla cobertura vacinal da população e do “relaxamento” das medidas de distanciamento social adotadas nesta época, a pandemia ainda estava em curso. De acordo com o Instituto Butantan (2021), o ano de 2021, ficou conhecido como a “segunda onda” do COVID-19 no Brasil, representando um dos períodos mais críticos da pandemia. A segunda onda da pandemia foi marcada pelo surgimento de novas variantes altamente transmissíveis do SARS-CoV-2, pelas altas taxas de casos de infecção que eram registrados diariamente, e conseqüentemente, resultando nas altas taxas de óbitos. Diante deste cenário, houve uma intensa sobrecarga e um colapso no sistema de saúde pública em várias regiões brasileiras. Somente no mês de abril foram registradas cerca de 67.723 mortes confirmadas pela doença, sendo este o mês mais letal da pandemia.

Desde o início da pandemia, foi observado que certos grupos populacionais eram mais vulneráveis à infecção e evolução da doença, apresentando índices elevados de letalidade, principalmente em casos de pessoas idosas e pessoas com comorbidades. As mulheres gestantes e puérperas também passaram a integrar esse grupo de risco para COVID-19 logo em 2020, considerando os riscos de morbimortalidade em casos de infecção do coronavírus associados ao período gravídico-puerperal, registrados especialmente no terceiro trimestre de gestação e no pós-parto (BRASIL, 2021). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022), cerca de 5.462 gestantes testaram positivo para SARS-CoV-2 em 2020, e dentre os casos registrados, cerca de 9% deles evoluíram para óbito. No ano seguinte, em 2021, os dados demonstraram um aumento preocupante em relação às mortes maternas por coronavírus. Também é importante lembrar que além da crise sanitária que se instalava mundialmente, também enfrentávamos um momento de forte tensão política no Brasil.

Vivenciar os múltiplos sentidos de vulnerabilidade que foram evocados por descobrir uma gestação durante uma pandemia, com toda a complexidade do contexto psicológico, social, político e econômico que envolveram esse período, foi desesperador. A gestação e a maternidade em si, são períodos de intensas mudanças e transformações na vida das mulheres. Para além das questões físicas e hormonais, estes processos são caracterizados especialmente por uma intensa sobrecarga e vulnerabilidade emocional. O medo e a incerteza sobre a infecção e o risco de vida (de si e do outro), caracterizavam as principais preocupações da população mundial. No caso das mulheres grávidas, parturientes e puérperas, essas preocupações foram potencializadas também pela preocupação com o bebê, seja pelo medo em transmitir a infecção para o bebê que estava

em seu ventre ou pelo medo do bebê que recém chegou ao mundo se infectar, dentre outras diversas questões que podem surgir durante a gravidez, parto ou pós-parto (ARRAIS *et al.*, 2021).

Desta forma, observa-se que a pandemia foi um fator preocupante no aumento da sintomatologia psicológica e patológica da população, considerando os impactos significativos na saúde mental de mulheres que vivenciam a maternidade, considerando que o medo, a preocupação e incerteza podem ocasionar um aumento do sofrimento psíquico e potencializar os sintomas daqueles indivíduos com transtornos psiquiátricos (ARRAIS *et al.*, 2021). Após um ano tendo a experiência de estudar através do ensino remoto, decidi trancar totalmente o curso. Nessa mesma época, a universidade anunciava e comemorava a definição do calendário acadêmico para o retorno das aulas presenciais em março de 2022 (UNILA, 2021). Mesmo com as normas de segurança e de higienização adotadas pela universidade e demais instituições, e com a ampla cobertura vacinal alcançada na cidade de Foz do Iguaçu, optei por não retornar a presencialidade das atividades, pois a pandemia ainda estava em curso.

Em abril de 2022, eu estava no terceiro trimestre da gestação, mais especificamente, com 34 semanas. Nessa reta final, um misto de sentimentos e emoções tomaram conta. O medo ainda persistente devido a pandemia, o medo do parto que se aproximava, o medo do TCC que não foi iniciado e o medo das consequências que poderiam surgir após esse distanciamento que tive com a academia. Durante o período de trancamento de matrícula, optei em me preparar para o parto e o nascimento da bebê, mas esse período foi intensamente marcado pelo sentimento de culpa, fraqueza e incapacidade frente a não realização deste trabalho final. Como uma forma de não me sentir totalmente desvinculada do mundo acadêmico, iniciei uma jornada pessoal, uma imersão em pesquisas voltadas à temática da maternidade.

Essas pesquisas, inicialmente, eram realizadas como uma forma de me sentir mais preparada para a gestação, parto e pós-parto, no sentido de conhecer melhor esse campo no qual eu comecei a fazer parte e para buscar conhecimento sobre meus direitos enquanto gestante, mãe. Mesmo tendo contato com histórias e relatos de mulheres da família e do meu círculo de convivência que já vivenciaram a maternidade, e mesmo tendo acompanhado de perto a maternidade de minha mãe, quando eu estava na adolescência e tendo desempenhado o papel de “irmã mais velha” de meus irmãos gêmeos, saber que eu passaria na pele por essas vivências foi assustador. Ainda mais por saber o peso da responsabilidade que se atribui às mulheres quando envolve o cuidado e

criação de uma criança. Assim, a prática da pesquisa foi uma forma que encontrei para lidar com as diversas dúvidas, inseguranças, angústias e medos que esse processo de “tornar-se” mãe carrega.

Foram muitas madrugadas no celular lendo artigos científicos e livros sobre a temática da maternidade, principalmente os que discutiam sobre questões de gênero, raça e feminismo, considerando que essas temáticas despertaram interesse ao longo da academia. O universo das redes sociais também desempenhou um papel importante nesse percurso. A facilidade de acesso a múltiplas histórias e experiências de mulheres que compartilham seus diversos relatos de gestação, parto e pós-parto nas redes sociais, me possibilitou estabelecer relações de identificação, pertencimento e sensibilização frente às lutas cotidianas que mulheres mães enfrentam em suas vivências de maternidade, cada qual com suas particularidades e singularidades.

Lembro que quando estava imersa nesse universo, eu ainda evitava pensar sobre meu futuro acadêmico. Na realidade, eu tinha um grande bloqueio relacionado a tudo que envolvia o trabalho final da graduação, desde a escolha do tema de pesquisa, especialmente pelo fato de sentir um distanciamento e não pertencimento com o lugar de fala com algumas temáticas que havia cogitado pesquisar, até mesmo, um bloqueio em pensar na possibilidade de me inserir em uma pesquisa de campo, de falar em público e de defender uma pesquisa para uma banca avaliadora. Para além de questões emocionais que envolvem a gestação, eu já tinha outras questões psicológicas “pendentes” antes de estar grávida. Agora, escrevendo este relato, percebo o quanto a maternidade pode potencializar e agravar a saúde mental das mulheres (CRP, 2022).

Apesar dessa busca de contato e aproximação com a maternidade, eu nem tinha consciência de que naquela época, eu já estava cultivando meu tema de pesquisa. O interesse pela temática da maternidade aflorou ainda mais quando participei de um grupo virtual de gestantes, um espaço de discussão e reflexão sobre questões de saúde materno-infantil, promovido por equipes multiprofissionais de algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) de Foz do Iguaçu. Ainda que minha participação neste grupo tenha sido breve, e mesmo não tendo desenvolvido amizades com outras mulheres, o fato de estar presente naquele espaço, e poder ouvir outras mulheres relatando suas experiências, que por diversas vezes foram semelhantes às minhas questões pessoais, bem como ter a oportunidade de poder compartilhar com essas mulheres e profissionais da saúde, as minhas próprias experiências, me possibilitou sentir o acolhimento, o desenvolvimento de novos vínculos e pertencimento com essa nova identidade que mulheres passam a

ressignificar quando se tornam mães.

A descoberta desse evento inesperado da gestação, somado ao contexto de incertezas quanto ao futuro que foi ocasionado pela pandemia, mudou completamente o rumo de minha vida pessoal, e de certa forma, deu um novo significado e sentido a minha vida acadêmica. Apesar do tema de pesquisa ter sido escolhido, ou melhor, esse encontro com o tema ter acontecido durante a reta final da gestação, posso afirmar que este trabalho foi gestado e nasceu juntamente com todo o processo de tornar-se mãe. E esse vem sendo um processo longo e complexo, por vezes doloroso e solitário. Assim, iniciei esta jornada de pesquisa ainda gestante, no final de 2021, e ainda escrevo este trabalho no final de 2024. Atualmente, minha filha está com 2 anos e 4 meses de idade, iniciando sua jornada de adaptação na escolinha. É preciso salientar que essa pesquisa aconteceu mais ativamente durante o puerpério, fase da maternidade onde surgiram as inquietações com mais intensidade, fase da maternidade que parece estar se concretizando somente agora e liberando espaço para que os novos desafios possam surgir e serem ressignificados.

Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa e do processo da escrita não aconteceu de maneira harmônica, leve e fluida. Pelo contrário, foi um longo percurso marcado por pausas, interrupções, rupturas e diversos momentos de resistência e desistência. Este trabalho foi pensado e desenvolvido em diversas situações do pós-parto, especialmente durante as madrugadas, nos momentos breves de soneca da bebê e quando minha rede de apoio me auxiliava nos cuidados com a bebê. Considero este trabalho como um desafio, uma luta e um rompimento de silêncios que vivenciei na minha gravidez, parto e puerpério. A partir do momento que passei a construir essa nova identidade de mulher-mãe e ao mesmo tempo, lidar com as diversas transformações e perdas vividas a partir do nascimento de uma criança, passei a ter contato direto com as alterações psíquicas ocasionadas pelas diversas experiências de mal-estar subjetivo que a maternidade pode envolver (CRP, 2022).

Foram inúmeras as vezes que me peguei pensando em apagar tudo o que escrevi aqui, e me contentar com a desistência, especialmente pela carga pessoal que este trabalho envolve. Sempre que realizo a leitura do trabalho, encontro a ambivalência. Em momentos, me sinto muito orgulhosa por compartilhar diversas questões que ainda estão enraizadas na sociedade e são tratadas como tabu. Em outros, me sinto muito envergonhada e culpada por apontamentos que poderiam ser lidos como um repúdio à maternidade, e conseqüentemente, na minha cabeça, muitos questionamentos acerca da ideia de mãe ideal e do amor incondicional vem à tona. Nesse sentido, faço o uso das

palavras de Débora Allebrandt, para ilustrar esses sentimentos de ambivalência que a pesquisa acadêmica associada à experiência de maternidade carrega, considerando toda a construção social e histórica que envolve as mulheres e as funções maternas:

Nas tentativas de escrever sobre meu parto, me dei conta de que não se trata apenas de uma narrativa pessoal, mas de uma articulação de uma experiência em meio a um cenário de silenciamentos que muitas vezes (re)produzem violências. Todas as vezes que escrevi, encontrei bloqueios e inseguranças. De certo modo, escrever “academicamente” sobre essa experiência faz reverberar medos: o medo de partilhar demais ou de menos; de não ser levada a sério; de ser mal interpretada; o medo de me tornar “apenas” ou “mais uma” vítima da violência obstétrica. As pressões da maternidade, da academia, da militância e de um compromisso social de mudança estão cravadas nas entrelinhas deste texto (ALLEBRANDT, 2023, p 426).

Nesse sentido, torna-se importante salientar que esta pesquisa não se refere a um mero “relato” de maternidade ou um “diário” de confissões e reclamações de ser mãe. Este trabalho envolve discussões muito mais amplas, complexas e urgentes em meio a esse cenário de opressão e de silenciamento que historicamente é imposto a nós mulheres. A maternidade nos coloca nesse lugar de ambivalência, de sentir e viver a maternidade subjetivamente, mas ao mesmo tempo, ter que lidar com toda a cobrança social que envolve o ser mãe. É ter que lidar cotidianamente com questões pessoais e com opiniões, julgamentos e imposições que são reforçadas constantemente por discursos presentes nas mídias, nas redes sociais, no meio religioso, político, científico e inclusive no ambiente familiar que a mulher está inserida (CRP, 2022).

O modelo de identidade feminina, a afirmação dos papéis e funções sociais associadas à maternidade compulsória e a lógica binária e patriarcal, que foram construídos sócio historicamente, ainda estão enraizados na sociedade e são impostos desde a concepção e perpetuam ao longo de nossa vida, a partir de papéis de gênero predeterminados para homens e mulheres. A romantização da maternidade nos coloca frente a esse cenário de silenciamentos e de naturalização de violências, que são (re)produzidas nos diversos âmbitos da sociedade. A imposição e a cobrança social em torno da maternidade envolvem uma série de idealizações, discursos e exigências, que em sua maioria são inalcançáveis, mas que colocam as mulheres nesse lugar de sobrecarga, culpabilização e invisibilidade, impactando diretamente a saúde mental das mulheres-mães

(CRP, 2022).

Diante desse “cenário hostil” e na busca da construção de uma rota de fuga, no qual se refere Allebrandt (2023), encontrei a autoetnografia como uma forma de articular todas essas inquietações, reflexões e questionamentos, academicamente falando. Portanto, no tópico seguinte, busca-se explorar justamente essa questão, no sentido de levantar discussões sobre as relações entre a antropologia e a temática maternidade, sobre a forma com que esse tema tem sido abordado e para pensar na possibilidade novos caminhos e “rotas de fuga” para o fazer antropológico diante de cenários que envolvem subjetividades, sofrimentos e vivências que estão diretamente interligadas com questões sócio-históricas, como a maternidade.

## 1.2 ANTROPOLOGIA E MATERNIDADE: QUANDO O PESSOAL VIRA ACADÊMICO E CIENTÍFICO

Gestação, parto e pós-parto são temáticas de grande relevância para os estudos das ciências sociais, especialmente para a área da Antropologia. Para muito além dos fenômenos biológicos que envolvem tais processos, estas experiências estão diretamente atreladas a outras dimensões muito complexas que envolvem fenômenos sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos, dentre outros. Refletir sobre a maternidade, a partir de uma ótica antropológica, nos permite transcender as concepções delimitadas no corpo feminino, nos aspectos físicos e biológicos que envolvem a gestação, o parto e a amamentação, por exemplo. A antropóloga Heloísa Paim aborda que uma das principais contribuições da Antropologia voltada aos estudos do corpo, da reprodução e de gênero, “consiste em demonstrar que qualquer apreensão do que seja a natureza já é feita com base em um universo cultural” (PAIM, 1995, p. 32). Assim, entende-se que as experiências de maternidade são fenômenos construídos com base na experiência social e cultural, específica a cada grupo e ao universo simbólico no qual estão inseridos.

Em suma, a gravidez e a maternidade, em particular, e os eventos corporais, em geral, não são apenas indícios do desempenho de uma atividade biológica, ou seja, natural. Constituem também eventos culturais: são submetidos a uma construção simbólica que se impõe aos indivíduos. Por esta razão, seus estudos tornam-se relevantes para a Antropologia. Sendo assim, para que se compreenda como são experienciados estes fenômenos corporais, deve-se inseri-los em contexto mais amplo. Ainda que as

experiências da maternidade e da gravidez sejam experiências sociais, são percebidas pelos indivíduos como meramente naturais (PAIM, 1995, p. 33).

Carneiro e Ribeiro (2015) apontam que as temáticas da maternidade, direitos sexuais e reprodutivos foram pautas que emergiram fortemente nas décadas de 70 e 80, onde movimentos de mulheres brasileiras, feministas e sanitaristas, abraçaram o *slogan* do “pessoal é político”. A efervescência social e política dessas temáticas, despertou uma conjuntura de reflexões teóricas advindas do campo das ciências sociais e das ciências da saúde, no começo do século XXI. Entretanto, como descrito pelas autoras, as iniciativas de produção científica ao redor dos temas como partos, maternidades e corporalidades, ainda eram praticamente invisíveis.

A partir dos anos 2000, os temas começaram a ser abordados de maneira mais sistemática pelas ciências sociais, onde revistas científicas como *Cadernos Pagu*, *Estudos Feministas*, *Gênero*, *História: Questões & Debates*, foram as pioneiras na iniciativa de consolidação dos temas abordados, resultando em importantes artigos científicos e dossiês temáticos. Carneiro e Ribeiro (2015) ainda destacam que congressos temáticos voltados a gênero, sexualidade e feminismos também se tornaram espaços importantes de reflexão e produção acadêmica na área das ciências sociais acerca dos temas, especialmente com os trabalhos advindos dos grupos de trabalho (GT).

No que se refere às iniciativas próprias da Antropologia no Brasil, destaca-se a IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (IV REA/ XIII ABANNE), realizada em agosto de 2013, na Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir do GT “Partos, maternidades e políticas do corpo: saberes locais e experiências transnacionais”, tais temáticas ganharam um espaço específico nesse campo “insurgente e potente em termos de pesquisa e de interesse múltiplos” (CARNEIRO, RIBEIRO, 2015, p.184), ainda que muito recente no contexto brasileiro. A partir daí, iniciou-se o delineamento de uma agenda de pesquisa antropológica acerca de tais temáticas na contemporaneidade.

Neves e Lopes (2020) também destacam que temáticas como reprodução, parto e maternidade ainda são temáticas bem atuais no campo antropológico. Na busca da construção de uma Antropologia que dialoga com o feminismo e com as áreas da saúde, muitas são as antropólogas que iniciam suas investigações, propondo reflexões, discussões e problematizações mediante as suas próprias trajetórias de vida, com as experiências pessoais, reprodutivas e/ou políticas. Estas experiências, sejam elas positivas

ou de violências, possibilitam um desdobramento do “pessoal é político” para o “pessoal é acadêmico e científico”.

Um pontapé para o início dos estudos sobre partos e maternidades dentro da antropologia e talvez das ciências sociais, e até mesmo uma parte dos esforços dentro da área da saúde, tem sido considerar as experiências reprodutivas das mulheres que já são ou se tornam ativistas e pesquisadoras deste tema, as nossas experiências. Vivemos um período de influência da discussão sobre lugar de fala e a importância de refletir social e politicamente desde si mesma, a crescente consolidação de movimentos de mulheres que se organizam em torno das questões ligadas à reprodução, mas, com foco na gravidez, parto, puerpério e maternidades; e esse movimento faz um chamado para olharmos para a violência específica a que são submetidas as mulheres (e também suas famílias contíguas) durante este período, com ênfase nas experiências de parto, o que agora é nomeado de violência obstétrica (NEVES & LOPES, 2020, p. 5).

No texto *Em nome de um campo de pesquisa: antropologia(s) do parto no Brasil contemporâneo*, Rosamaria Carneiro (2015) resgata reflexões acerca das dinâmicas resultantes do GT coordenado pela mesma em 2013, no Congresso “Partos, maternidades e políticas do corpo”, realizado pela (REA/ABANNE) em Fortaleza. Vale destacar que esse foi um congresso de renome para a antropologia brasileira, e na época, inaugurou o primeiro GT específico sobre partos com viés antropológico. Se pensarmos a educação enquanto direito humano fundamental e a universidade enquanto um espaço de garantia desse direito, torna-se um meio excludente às mulheres mães, considerando que a autora aponta que são raros os eventos acadêmicos que dispõem de espaços para mães e crianças, o que torna a barreira que separa as mulheres da vida pública, ainda mais sólida. Observa-se como as relações históricas entre a maternidade e a ciência foram tomadas como esferas incongruentes, ou melhor, como a noção de mulher para além da maternidade se torna incompatível inclusive no meio científico, como abordado também por Verani (2022).

A relação que as antropólogas mães têm com as instituições mostra-se complexa. Em sua grande maioria, os relatos mostraram que não há espaço para a maternidade dentro das universidades e que há embates para que sejam espaços mais plurais. As dificuldades vêm tanto do espaço físico, mas também por questões burocráticas. Contudo se, por um lado, há dificuldades

encontradas ao longo da formação antropológica, por outro há também indivíduos e departamentos que podem ser aliados ao buscarem novas práticas de se relacionar com os modelos e ideais de vida acadêmica e científica impostos. A produção de conhecimento está inserida em contextos de disputas, relações de poder, hierarquias e desigualdades sociais, já que não devemos tomar as produções como apartadas da sociedade. Assim, questões relacionadas a gênero e outros marcadores sociais da diferença estão dentro do processo de produção científica e por conseguinte das instituições acadêmicas (VERANI, 2022, p. 84).

Antes mesmo de me tornar mãe e ter mais contato com esse universo, tenho recordações de observar algumas colegas que levavam suas crianças para a universidade. Em uma experiência recente que tive, ao tentar participar de uma palestra no Campus Integração, junto de minha filha, não consegui permanecer por mais de uma hora no evento. Essa breve experiência me faz refletir sobre os diversos desafios cotidianos que estas mulheres devem ter encontrado para permanecer na universidade. Ou até mesmo, quantas delas evadiram da universidade, sem ter um espaço adequado para acolher e integrar essas mães e crianças ao ambiente universitário, especialmente diante da falta de apoio com o cuidado da criança durante as aulas das mães. Nesta época, me recordo também das iniciativas encabeçadas por estudantes da UNILA frente a mobilização e criação de um espaço voltado para as mães que necessitavam levar suas crianças à universidade.

Atualmente, esse projeto é conhecido como “Espaço Ñande Mita Kuera” que em guarani significa “nossas crianças”. O Espaço, que está localizado no Campus Jardim Universitário, criado coletivamente e autogestionado pelo grupo de mães e pais da UNILA, é aberto ao uso de discentes, técnicos e docentes. O local conta com área de estudos acompanhada de local para recreação, alimentação, cuidado e higiene da criança. Na Unidade Itaipu Parquetec, a universidade também oferece às discentes e servidoras um espaço exclusivo de amamentação, com geladeira para armazenamento de leite materno, além de espaço voltado à higiene e cuidado das crianças. É importante destacar que estes projetos fazem parte do Regimento Interno da Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade, da UNILA, disposto na Resolução nº 7, de 19 de março de 2024, na Seção III do documento:

XXXVIII - oferecer programas e ações que acolham o exercício da maternidade e paternidade existente no ambiente acadêmico da UNILA, contribuindo com a transformação da cultura universitária com relação ao

cuidado e à presença de crianças na instituição;

XXXIX - garantir que as instâncias e os espaços da universidade atendam o cumprimento da Lei Federal 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre os direitos da criança na primeira infância;

XL - acompanhar e zelar pelo funcionamento do Espaço Ñande Mita Kuera, assim como buscar parcerias para implementação de ações pedagógicas propostas para este espaço de acolhimento e integração das crianças no ambiente universitário;

XLI - incentivar, apoiar e acompanhar estudos, pesquisas e discussões sobre as responsabilidades da gestação, da paternidade e da maternidade e sua interface com o ambiente universitário;

XLII - promover ações pedagógicas voltadas a desconstrução de papéis de gênero e a parentalidade, reconhecendo a sobrecarga das mulheres no cuidado com as crianças, em abordagem interseccional junto às outras unidades da SECAFE;

XLIII - elaborar e implementar políticas, programas e ações afirmativas voltadas à permanência estudantil de mães e pais na graduação, pós-graduação e demais âmbitos da universidade (UNILA, 2024).

Segundo Alana Verani: “o gênero é um fator que traz limites para o desenvolvimento de carreiras científicas, mas as mulheres enquanto cientistas percebem tais limitações e fazem questionamentos críticos trazendo novas possibilidades para as práticas acadêmicas” (VERANI, 2022, p. 84). É exatamente nessa direção que o GT abordado por Carneiro (2015) se direcionou, um evento pensado, desenvolvido e organizado por e para mulheres. Eram mulheres, mães, pesquisadoras, antropólogas e feministas, produzindo ciência a partir da teoria antropológica e de suas experiências pessoais com a maternidade. Um evento com mulheres amamentando, bebês e crianças brincando, brinquedos no chão, choros entre uma apresentação e outra, mães se ajudando, dentre outras situações, onde o campo privado se articula com o público, ultrapassando barreiras e fronteiras historicamente impostas na sociedade. É nesse cenário que a Antropologia dos partos e das maternidades se configura, onde a vivência pessoal e subjetiva impulsiona o fazer antropológico.

Logo no primeiro dia do congresso, ao chegarmos ao corredor da sala numerada conforme o programa do evento, nos surpreendemos com crianças e bebês à vista. Um congresso de antropologia geralmente, e vale dizer por pura convenção, raramente tem crianças circulando. Tanto que, dentre os mais famosos, somente a RBA (Reunião Brasileira de Antropologia) e o FG (Fazendo Gênero/UFSC) costumam ter espaço para crianças e mães com bebês, como se, estranhamente, a academia partisse do pressuposto, a

priori, que mulheres professoras e pesquisadoras não têm filhos, não exercem e não mesmo desejam a maternidade. Algo que, no limite, anuncia a intolerância ou então invisibilidade da questão no/para o campo acadêmico. Ou ainda, reforça as tão conhecidas relações e hierarquias de gênero, segundo as quais aos homens cabe o espaço público e as mulheres os espaços privados. Se isso ou aquilo, antes de aqui querer concluir algo, esse congresso em questão não contava com espaço para crianças. Mas, de maneira espontânea e automática, da parte das participantes e, em seguida, das coordenadoras, o nosso grupo de trabalho em especial (GT) sim (CARNEIRO, 2015, p. 16).

Desta forma, observa-se que o campo da antropologia das maternidades parece atravessar uma barreira significativa, com potencial para gerar grandes contribuições sociais e científicas futuramente. Esse movimento de olhar para si, enquanto mulheres fazendo ciência, permite o encontro da experiência pessoal e a pesquisa acadêmica, onde o "pessoal" deixa de ser apenas "político" para também se tornar parte do campo acadêmico e investigativo. Discutir e problematizar desde nossos lugares de fala, tecer críticas ao sistema, as relações e hierarquias de gênero, especialmente no campo das ciências sociais, é desafiar o modelo tradicional e a normatividade acadêmica, enquanto instrumento legitimador dessas relações de poder. As dicotomias como objetividade e subjetividade são desafiadas na produção do conhecimento antropológico, promovendo uma reflexão epistemológica do próprio corpo (CARNEIRO, 2015) e uma reconfiguração de paradigmas e a constituição de referenciais críticos e que desafiem o modelo mais "adequado" para produzir ciência (BOURGUIGNON; GRISOTTI, 2020).

Tais movimentos de pesquisadoras permitem que o campo da "Antropologia dos partos e maternidades", também chamado por algumas antropólogas e "Antropologia dos Partos, Nascimentos e Maternidades", (NEVES; LOPES, 2019, p. 5) se torne cada vez mais visível e urgente, no sentido de possibilitar que esse campo antropológico se torne cada vez mais situado e contextualizado. É importante salientar a importância de analisar tais temáticas a partir de sua complexidade, que envolve dimensões sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, Carneiro e Ribeiro (2019) também destacam sobre a utilização dos termos no plural, justamente para reforçar que esses eventos e práticas são marcados pela pluralidade cultural, por diferentes estilos de vida, formas de expressão de liberdade, de ser e performar no mundo, contrapondo a ideia de uma maternidade pautada em experiências padronizadas, biologizantes e universalizantes

(NEVES; LOPES, 2019).

Nesse campo amplo e complexo, uma abordagem metodológica que vem sendo utilizada de maneira significativa nos estudos antropológicos, é a Autoetnografia. Segundo Débora Allebrandt, o método autoetnográfico permite justamente esse “desafiar” normas e aspectos formais da produção científica e a forma que nós, mulheres, pesquisadoras, (re)construímos nosso lugar de fala na academia: “o recurso à autoetnografia permite também explorar o modo como antropólogos têm pensado a emoção e a dor dos outros em suas etnografias e como se aproximam das dores e vivências de seus pares” (ALLEBRANDT, 2022, p. 2), onde a vivência pessoal, as emoções e a catarse que envolvem o fazer antropológico, se tornam elementos intrínsecos a pesquisa social.

Segundo a autora, apesar da autoetnografia não ser uma metodologia recente de pesquisa, essa ferramenta tem sido utilizada para discutir temas caros às ciências sociais, ou seja, para tratar de assuntos que ainda temos dificuldades em pesquisar e discutir na sociedade, como a questão da maternidade. Ao desconsiderar a separação entre racionalidade e emoção, entre objetividade e subjetividade, entre dados e análise, especialmente entre o eu e o outro, a autoetnografia permite traçar paralelos, reverberar experiências e histórias compartilhadas, e principalmente, permite evocar uma experiência emocional e a identificação (ALLEBRANDT, 2022). Assim, a autoetnografia enquanto método de pesquisa representa um desafio às abordagens tradicionais, justamente por desmistificar a ideia de que os pesquisadores devem manter a “neutralidade” diante da pesquisa científica, como se nós pudéssemos escapar ou não sermos atingidos por processos socioculturais que “buscamos tão ansiosamente categorizar sobre a vida dos outros (ELLIS, 2021, p. 22)”, a autora ainda complementa:

Como cientistas sociais, não saberemos se as experiências íntimas dos outros são semelhantes ou diferentes até oferecermos nossas próprias histórias e prestarmos atenção em como os outros respondem, assim como fazemos no dia a dia da vida. A “verdade” desta história reside na forma como é contada e na possibilidade de que haja outros no mundo que ressoam com esta experiência. Provavelmente, minha história é única o suficiente para fornecer comparações, mas universal o suficiente para evocar a identificação (ELLIS, 2021, p.23).

Nesse sentido, é importante destacar que este método pode envolver

diversas formas de composição e estilos de escrita (ALLEBRANDT, 2022). Para Santos (2017), o método autoetnográfico permite abraçar a vulnerabilidade e fazer dela um meio potente de compreensão de emoções e de transformação social, considerando a capacidade de reflexividade que o texto autoetnográfico possibilita, especialmente por poder atingir públicos que geralmente são silenciados ou não contemplados pelas abordagens mais tradicionais (SANTOS, 2017). Portanto, quando falamos de autoetnografia, é importante destacar que por trás daquela pesquisadora que estuda e escreve, há um sujeito que vive e que sente, que expressa e se coloca em seu lugar de fala, com uma perspectiva particular de classe, gênero, raça, etnia e cultura. Assim, essa abordagem permite que vivências pessoais sejam reconhecidas, identificadas e permite que vozes perdidas, silenciadas e desconsideradas na sociedade, sejam recuperadas.

## CAPÍTULO 2: A MATERNIDADE CONSTRUÍDA: ROMANTIZAÇÃO, IDEALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO E DAS VIVÊNCIAS DE MATERNIDADE

Neste capítulo, busca-se apresentar algumas discussões acerca da construção social e cultural da maternidade. Entende-se que ao longo da história, a maternidade se constituiu enquanto um fenômeno enraizado, normatizado, idealizado e romantizado nas sociedades ocidentais, tendo como alicerce a atribuição distinta de papéis sociais e a construção de identidades de gênero baseados em uma lógica patriarcal, racista e capitalista. Lucila Scavone (2001) destaca que as configurações e as transformações das representações que envolvem a maternidade, devem ser pensadas e analisadas em conexão com os contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, particulares de cada época.

É o que a filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) salienta ao longo do livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, publicado originalmente em 1980 na França. Badinter propõe uma desconstrução da maternidade e do amor materno enquanto condições naturais e instintivas às mulheres. Através de um resgate histórico da construção sociocultural da maternidade e seus desdobramentos nas sociedades entre os séculos XVII e XX, a autora demonstra que as relações entre família, infância e maternidade nas sociedades ocidentais, nem sempre foram as mesmas. Ou seja, os valores, significados e modelos atribuídos à maternidade variam de acordo com as concepções e práticas sociais elaboradas em cada contexto, especialmente a partir de concepções filosóficas, religiosas, políticas, médicas e psicológicas (RESENDE, 2017), como discutiremos a seguir.

É certo que desde a Antiguidade, as relações sociais e familiares nas sociedades ocidentais eram regidas pelo poder masculino, paterno e pela autoridade marital. Por exemplo, desde a época aristotélica, o homem era entendido como o ser dotado de pensamento, razão e inteligência, um ser essencialmente dotado de poder sobre a família, sua esposa e seus filhos (BADINTER, 1985). Na família nuclear, o homem era percebido como superior à mulher e aos filhos. Portanto, as virtudes das “boas” mulheres consistiam na submissão e na obediência aos seus maridos. O casamento, que era estabelecido a partir das necessidades e *status* socioeconômico, bem como a partir das alianças políticas entre as famílias, ditava uma relação conjugal e familiar livre de qualquer expressão de amor, afeto ou cuidado (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Deborah Rezende (2017) aponta que dentro do âmbito familiar, as mulheres desempenhavam o papel de ter filhos e organizar a vida social. Como bem

elucidado por Badinter, a condição da mulher nessa época era fixada na seguinte frase: “semelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre” (BADINTER, 1985, p. 31). Nesse sentido, é importante salientar que as mães não se ocupavam diretamente com o cuidado das crianças. Não havia uma identificação parental na configuração familiar, onde a criação e educação de uma criança era associada ao papel da mãe, forma que ainda prevalece no imaginário social da atualidade. Entretanto, não é de se espantar que desde aquela época, os homens nunca foram cogitados para desempenhar tais papéis e funções.

Desde a Idade Média até o século XVII, a maternidade e os vínculos entre mãe-criança pareciam não ter um valor significativo nas sociedades ocidentais. As relações entre mãe-criança, especialmente aquelas ligadas à afetividade, ternura, e tolerância, que atualmente possuem uma supervalorização sociocultural, naquela época, eram vistas como sinônimo de má educação, pecado e frouxidão das mulheres (BADINTER, 1985). Também se observa uma grande recusa das mulheres em amamentarem os filhos, visto que o aleitamento materno tinha pouca importância na época. Além de ser pouco conveniente para as mulheres e privá-las do convívio social, a amamentação também era considerada um estorvo para a relação conjugal. A autora também aponta que discursos relacionados à estética dos seios das mulheres, bem como os discursos religiosos que consideravam os seios como uma fonte de prazer ilícito e imoral, também influenciaram na terceirização da amamentação.

Assim, era comum que o recém-nascido fosse deixado aos cuidados exclusivos de uma ama de leite logo após seu nascimento, seja no domicílio da família ou fora dele. Quando este era enviado para longe de casa, o bebê permanecia por longos anos de sua infância com as amas. E por vezes, este nunca mais retornava a sua família, seja pelo abandono total dos pais para com a criança ou pelo óbito dela. Segundo Badinter, a prática de contratar amas de leite é muito antiga, mas essa prática se tornou generalizada na Europa durante o século XVIII, tendo o registro de escassez de amas de leite como o ápice dessa popularização (BADINTER, 1985). Nesse sentido, compreende-se que a infância era totalmente desvalorizada, considerando que as crianças eram negligenciadas e permaneciam por pouco tempo com a família. O senso de fragilidade e de cuidado materno-infantil era demonstrado com insignificância, o que sugere uma explicação plausível frente às elevadas taxas de mortalidade infantil até o final do século XVIII (MOURA; ARAÚJO, 2004).

A infância acontecia juntamente à adultidade, considerando que desde

cedo, as crianças desempenhavam papéis e funções sociais e produtivas semelhantes às desempenhadas por adultos (RESENDE, 2017; MOURA; ARAÚJO, 2004). Além da terceirização do cuidado, onde o papel de criação, cuidado e educação era exercido pelas amas e pelo convívio direto com outros adultos, a infância da criança também era estendida para os internatos (para meninos) e conventos (para meninas). Até o século XVIII era comum que a criança passasse por esse ritual, iniciando com sua entrega a uma ama, seu breve retorno a casa dos pais e sua partida para internatos ou conventos. Essa passagem da criança por essas etapas é o que Badinter considera como “os três atos do abandono” (BADINTER, 1985, p. 118).

Segundo Badinter (1985), ao realizar esse recorte histórico, sua intenção não é supor a inexistência do amor materno, mas sim apontar que a indiferença da sociedade perante a infância e maternidade demonstram que a criança e a figura da mãe nem sempre ocuparam uma posição significativa no meio social e cultural. Essa transição aconteceu no final do século XVIII, com a emergência de novos imperativos sociais e econômicos que tinham como objetivo garantir a sobrevivência das crianças, visto que as numerosas taxas de mortalidade infantil se tornaram preocupantes ao Estado. Diante desse cenário, buscou-se reelaborar os vínculos familiares, em especial os vínculos mãe-bebê. A partir de então, as mulheres passaram a ser convidadas a experimentar um novo sentimento e uma nova função social: o sentimento do amor materno incondicional e a responsabilização pela maternidade, pelas funções maternas e domésticas.

O desmonte proposto pela autora, de que o amor materno é um mito que foi construído socialmente, fica mais evidente quando analisamos a forma na qual ocorreu a “força tarefa” para reelaborar o sentimento do amor e do cuidado materno, que caracterizou o século XIX como o “século da criança” (VÁSQUEZ, 2014, p. 168), que teve uma participação de destaque da política, da religião e da ciência, especialmente da medicina, com o nascimento da pediatria (VÁSQUEZ, 2014, p. 168) e da psicologia com as teorias do apego (MOURA; ARAÚJO, 2004). A partir desse resgate histórico, Badinter (1985) demonstra que as relações familiares e da maternidade, foram se transformando ao longo dos séculos, especialmente a partir de interesses e valores específicos a manutenção da supremacia masculina e do Estado.

É a partir da Idade Moderna que os valores e interesses relacionados à maternidade começam a ganhar destaque, e a mãe passa a ser convidada a experimentar novos sentimentos, o do amor materno. Nessa época, o pensamento rousseauiano impulsionou as novas relações da família moderna, do casamento e da maternidade. No

final do século XVIII, em função de interesses e valores específicos a garantia da supremacia masculina e da manutenção do Estado, houve uma força tarefa para consolidar o mito do amor materno, que postulava a existência de uma natureza feminina para explicar que as mulheres foram feitas para serem mães, e ainda, feitas para exercerem o papel de boa mãe com excelência. Nessa época, com o Iluminismo e as diferentes discursividades elaboradas e difundidas nas sociedades, especialmente os discursos religiosos, políticos e científicos, como os promovidos pela medicina e pela psicanálise, a autoridade masculina e marital passou a ser substituída radicalmente pela exaltação de sentimentos ligados ao amor, à igualdade e à felicidade, influenciando diretamente os novos arranjos dados às relações familiares e à maternidade (BADINTER, 1985).

Esse resgate do amor incondicional e da maternidade enquanto ápice da completude feminina se fundamentam na ideia de uma suposta desigualdade “natural” existente entre homens e mulheres, onde a natureza se encarregou de criar seres “dignos” para mandar e outros para obedecer. Nesse sentido, entende-se que a mulher (ser que menstrua) representa a matéria, enquanto o homem (ser que ejacula) personifica a forma. Elizabeth Badinter (1985) aponta que essas representações foram intensamente resgatadas pela teologia cristã, onde a figura de Deus exemplifica bem o que a autora abordou anteriormente. Sem a figura masculina do criador, o mundo não poderia ganhar forma, sentido ou explicação. Colocando Deus como o criador de tudo, de todas as coisas e seres, o cristianismo resgatou e consolidou essas construções, que são pautadas em uma lógica patriarcalista. Para demonstrar a lógica do cristianismo ocidental e suas relações com as questões de gênero e maternidade, a autora também aborda o mito da criação de Adão e Eva.

O primeiro ser humano criado por Deus, foi um homem, o Adão. A primeira mulher criada, a Eva, somente ganhou vida a partir deste homem, mais especificamente a partir de uma de suas costelas. E ainda, foi criada para satisfazer as necessidades do homem, que se sentia muito solitário no Jardim do Éden. Ao longo da história, no cristianismo, a suposta inferioridade feminina foi justificada especialmente pelo mito do pecado original, onde Eva foi unicamente considerada responsável pela “queda” do homem, ao se deixar corromper pelas tentações da serpente, comer o fruto da árvore proibida e ainda oferecer ao homem, que não se negou a comê-lo. Segundo Badinter, “mais acessível às tentações da carne e da vaidade, ela tornou-se culpada, por suas fraquezas, da infelicidade do homem” (BADINTER, 1985, p. 33). Por desobedecer às ordens do criador, ambos foram expulsos do paraíso. Como castigo, Eva passou a ser

amaldiçoada, ficando sujeita aos sofrimentos da existência, as dores do parto e a dominação masculina. Enquanto as mulheres foram associadas à condição pecaminosa, ao homem lhe fora reservada a redenção.

Para Badinter (1985), os discursos do cristianismo contribuíram fortemente para reforçar e legitimar a superioridade masculina e a autoridade paterna e marital, além de consolidar a suposta inferioridade, passividade, frivolidade e fraqueza das mulheres. Georgiane Vásquez (2014) também destaca que Maria foi outra figura bíblica que representa uma das principais bases dos discursos cristãos que colocam a maternidade como uma condição inerente ao ser mulher, uma experiência associada à divindade e à plenitude feminina. De acordo com Daiani Scheffer et al (2023), essa figura religiosa foi discursivamente elaborada para superar a imagem de Eva, representando uma oposição à impureza, imoralidade e tentação ao pecado.

A virgem Maria, era uma mulher pura, bondosa, generosa, cuidadosa e compreensiva. Ela renunciou seus planos, suas necessidades e dores, para colocar seu filho em primeiro lugar. Além de ser mãe de Jesus, também era considerada a mãe de todos, representando uma espécie de refúgio e porto seguro. A figura de Maria tornou-se um modelo ideal de mulher-mãe. Ainda que inalcançável, para se aproximar desse ideal, as mulheres deveriam tê-la como um exemplo a ser seguido, no sentido de superar a imagem feminina associada à imoralidade e à luxúria sexual, onde as mulheres deveriam aceitar seu destino divino de serem boas esposas e mães, e assumirem essa condição com devoção, castidade e submissão.

A partir dos discursos abordados, observa-se que estes foram historicamente difundidos pelos ensinamentos da Igreja Católica, consolidaram estereótipos da maternidade que ainda estão enraizados no imaginário social e nos meios religiosos, naturalizando mitos como o da mulher-mãe-perfeita e do amor materno como algo instintivo (SCHEFFER *et al* 2023; VÁSQUEZ, 2018). Segundo Badinter, “a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato” (BADINTER, 1985, p. 9). Basta lembrarmos a frase que viralizou no contexto político brasileiro em pleno século XXI, no ano de 2016, da “bela, recatada e do lar” e que também encontramos em época de eleição política com frases do tipo “sou mulher, casada, mãe e cristã”, que demonstram exatamente essa normatização e idealização da figura da mulher-mãe ideal na sociedade brasileira atual. Assim, desde esta época, o discurso religioso que legitimava a autoridade masculina, passou a ser

incorporado vigorosamente ao discurso político, influenciando diretamente a definição de papéis sociais no âmbito privado e público.

Segundo Badinter (1985), o casamento deixou de ser firmado pela conveniência, algo comum nos séculos anteriores, passando a ser orientado pela ideia do amor, do respeito e da felicidade do casal, tendo seu ponto culminante o fruto mais precioso dessa união: os filhos. A infância, a maternidade e a família nuclear assumem um caráter valorativo para a nação. Nesse sentido, as mulheres de classe média e burguesa, viram a oportunidade de serem reconhecidas e valorizadas socialmente. Assim, ao resgatar a boa esposa, a dona do lar e a boa mãe, as mulheres deveriam renunciar o mundo fora do lar, para se dedicar totalmente aos cuidados domésticos e dos filhos. Assim, as funções maternas são ampliadas e depositadas inteiramente nas mães, já que elas foram naturalmente concebidas para assumirem tais responsabilidades.

A maternidade torna-se então, uma reafirmação da feminilidade. Para tanto, foi preciso uma reelaboração discursiva que resgatasse a “natureza feminina”, o senso de dever e responsabilização das mães para com seus filhos. A forma mais atrativa e convincente para isso, foi apelar para a romantização da maternidade, colocando esta experiência como um momento mágico, divino e único na vida das mulheres, simbolizando o alcance da plenitude feminina. A maternidade passa a ser glorificada e santificada. A partir dessa ideia romântica e moralista, todos os sacrifícios, as renúncias, os sofrimentos e as dores que uma mulher mãe enfrenta ao gestar, parir, amamentar, cuidar e educar uma criança, deveriam ser suportados, pois as recompensas do amor e da felicidade são maiores do que qualquer provação (BADINTER, 1985).

Os discursos em torno da construção da maternidade, são marcados por idealizações e normatizações, que impõem modelos e padrões nos quais as mulheres devem se referenciar, incluindo desde o modo que devem pensar, sentir e agir frente à maternidade. Historicamente, a imagem feminina foi vinculada à condição de esposa e mãe, pautada na lógica da maternidade compulsória, que define que todas as mulheres devem desejar ter filhos e serem mães perfeitas. E para isso, a mulher precisa estar disposta e pronta para abrir mão de si mesma, para viver pelo e para o filho. As exceções à regra, representam um desafio ao destino “natural” das mulheres. As mulheres que tardam a ter filhos, as que não desejam a maternidade ou aquelas que não atingem a perfeição da boa mãe, são vistas com desaprovação e estranheza. Elas representam uma anormalidade, um defeito ou uma patologia aos padrões idealizados na sociedade dominante (BADINTER, 1985).

Ao mesmo tempo em que se exaltavam a grandeza e a nobreza dessas tarefas, condenavam-se todas as que não sabiam ou não podiam realizá-las à perfeição. Da responsabilidade à culpa, foi apenas um passo, rapidamente dado ao aparecimento da menor dificuldade infantil. É à mãe, doravante, que se adquire o hábito de pedir contas...As mulheres mais realizadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria carregar esse terrível fardo. Mas as outras, mais numerosas do que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel que lhes queriam impor. A razão é simples: tomara-se o cuidado de definir a "natureza feminina" de tal modo que ela implicasse todas as características da boa mãe. Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher "normal". Fechadas nesse esquema por vezes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua "natureza"? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua "anormalidade". Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se, portanto silenciosamente, algumas tranqüilas, outras frustradas e infelizes (BADINTER, 1985, p. 237).

Diante de tal pressão ideológica, mesmo buscando incansavelmente alcançar os padrões da mãe perfeita, a mulher que não deseja a maternidade ou a que não encontra satisfação nela, é condenada e culpabilizada por isso. Como consequência dessa romantização, idealização e normatização do corpo e da identidade feminina, todas as opressões, as dificuldades, os sofrimentos e as dores que a mulher encontra na vivência da gestação, do parto, do puerpério e da maternidade de modo geral, são invisibilizadas e desprezadas. Badinter (1985) ressalta que devido a forma com que essas representações sobre as mulheres e a maternidade foram historicamente enraizadas e naturalizadas no imaginário social e simbólico, a maternidade ainda se constitui como um tema sagrado, algo difícil de ser questionado.

Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. [...] Mas só hoje começamos a perceber como o desejo de ter um filho é complexo, difícil de precisar e de isolar de toda uma rede de fatores psicológicos e sociais. À idéia de "natureza

feminina", que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. [...] Hoje, já não podemos admitir como inevitável que a mulher tenha filhos. Nem mesmo que os ame, quando os teve. Mas isso, em contrapartida, não é novidade, embora seja sempre visto como um escândalo. Escândalo em relação à idéia generalizada de que a natureza é "boa", de que nada faz em vão, etc. [...] E para impor essa idéia é preciso defender duramente a sua causa que, para muitos, é a causa de Deus. [...] A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da "maternagem" à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza (BADINTER, 1985. p. 15).

A partir da escrita de Badinter (1985), é possível observar que ao longo da história, a construção do que atualmente entendemos como maternidade, foi de uma total desvalorização para uma intensa exaltação quanto aos significados, valores e simbologias atribuídos ao ser mãe. A herança patriarcal e machista deixou seu legado que foi transmitido por gerações, e ainda permanece vivo atualmente. Para os homens, as cobranças da paternidade nunca foram cogitadas, e isso se deve a forma com que os papéis e funções sociais de gênero foram construídas. Historicamente, a dominação masculina foi justificada por discursos que foram amplamente resgatados e alimentados pelos discursos políticos, teológicos e científicos, sempre evocando a ideia de uma "desigualdade natural" existente entre homens e mulheres. Tais construções consolidaram representações que legitimam o poder, a superioridade, a inteligência, a autoridade e a dominação masculina, e conseqüentemente, enclausuram as mulheres na figura de inferioridade, de carência intelectual, de fraqueza, de submissão e de passividade (BADINTER, 1985).

Nesse sentido, a suposta natureza feminina, sua essência e suas funções são relativas ao homem. E nessa lógica biologizante, o conceito de paternidade nunca existiu ou foi contestado, considerando que a figura do pai sempre esteve associada à imagem tradicional do homem, aquele que é o detentor da autoridade, da palavra e da razão, o que representa a moralidade e o mundo externo. Enquanto a figura da mãe, ela foi fixada na responsabilização do mundo privado, que inclui os filhos e o ambiente doméstico. Para os filhos, ela representa a fonte do amor, da afetividade, do cuidado, da preocupação e da educação. Ela representa o eixo da casa e da estrutura familiar, "enquanto isso, o pai

está ou não presente, estimula ou desestimula sua mulher, sem que se tenha a sensação de que o problema é tanto seu quanto da mãe” (BADINTER, 1985, p. 323).

Simone de Beauvoir (1967) demonstra que esses papéis sociais de gênero são resultados da construção de uma cultura machista, que vem sendo transmitida por gerações, a partir da socialização e de ensinamentos, que implicam na internalização de padrões e normas que são impostos e cobrados ao longo da vida. Nesse sentido, Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Logo na infância, observa-se como o desenvolvimento infantil é moldado com base nessas relações, a partir da imposição de condutas que são esperadas e cobradas de maneira distinta entre meninas e meninos, sendo reforçados e cobrados com mais intensidade na adolescência e na vida adulta. Para os meninos, desde cedo lhes é cobrado a contenção das birras, da demonstração de afetos, das emoções e dos sentimentos. Eles são instruídos a não chorar e a não brincar com brinquedos ou brincadeiras de meninas. Os meninos são criados para serem autoritários, autoconfiantes e autônomos. Há uma supervalorização da virilidade e do falo, que são fortemente associados à masculinidade, ao “macho”.

Em contrapartida, as meninas devem ser comportadas, afetuosas, cuidadosas, organizadas e prendadas, sempre direcionadas às satisfações e necessidades de outros. Como forma de obtenção de afeto, visibilidade, reconhecimento e aceitação na sociedade, elas devem oferecer sua beleza, castidade, bondade, submissão e passividade. Assim, as meninas são criadas para serem “mulheres de verdade”, aquelas que serão as futuras boas esposas e mães. Desde cedo, a menina é apresentada à vida caseira, às tarefas domésticas e às funções maternas (BEAUVOIR, 1967). As meninas são instruídas a suportar as dificuldades e a “sofrer em silêncio e dedicar a vida aos seus, pois tal é a função que a natureza lhe atribuiu, sua única possibilidade de ser feliz” (BADINTER, 1985, p. 245). Ou seja, elas devem aprender desde a infância, a serem obedientes e jamais questionadoras. E como destacado anteriormente, será a mãe que se encarregará de transmitir tais ensinamentos às filhas.

Grande parte do trabalho doméstico pode ser realizado por uma menina muito criança; habitualmente dele os meninos são dispensados; mas permite-se, pede-se mesmo à irmã, que varra, tire o pó, limpe os legumes, lave um recém-nascido, tome conta da sopa. A irmã mais velha, em particular, é assim amiúde associada às tarefas maternas. [...] ela é então precocemente integrada no universo da seriedade; o sentido de sua importância ajudá-la-á a assumir sua feminilidade, mas a gratuidade feliz, a

despreocupação infantil são-lhe recusadas. Mulher antes da idade, ela conhece cedo demais os limites que essa especificação impõe ao ser humano; chega adulta à adolescência, o que dá à sua história um caráter singular (BEAUVOIR, 1967, p. 27).

Os apontamentos levantados pelas autoras apresentadas me instigam a revisitar minha própria infância e daquelas que me cercam, bem como refletir sobre minha vivência da maternidade. Logo na primeira infância, fui apresentada ao mundo da feminilidade. Desde cedo, lembro-me do meu interesse “natural” por brincadeiras relacionadas ao cuidado de bebês, a organização do espaço doméstico e ao cuidado da aparência estética. As bonecas, os itens decorativos de casa, os utensílios de cozinha e limpeza, objetos voltados à estética e a beleza, como escova e secador de cabelo, itens de maquiagem e esmaltes de unhas, sempre estiveram presentes na minha infância e de outras meninas que convivi. Lembro-me do meu interesse “natural” em aprender a cuidar e manter tudo o que se relaciona ao ambiente doméstico, especialmente o ato de cozinhar e organizar a casa.

Desde cedo, fui introduzida ao universo da seriedade e das responsabilidades. Na pré-adolescência, fui promovida ao papel de irmã mais velha, fase na qual passei a exercer essas funções com maior excelência, sempre cumprindo os deveres e as obrigações que a vida doméstica e o universo materno exigem. Para mim, era gratificante ser elogiada em função de minhas habilidades relacionadas a organização da casa e a culinária. Eu me sentia reconhecida, valorizada e útil dentro de casa. A qualquer momento, eu estava disposta a interromper minha brincadeira ou qualquer outra atividade que estivesse realizando, para prontamente atender as necessidades dos outros. Eu nunca brigava ou discutia com outras crianças, muito menos questionava pessoas mais velhas. Eu sempre fui considerada uma menina exemplar.

Na fase da adolescência, a conhecida fase da rebeldia, tentei manter com excelência essa postura de seriedade e responsabilidade, pois eu precisava ser uma “menina adulta”. Também tentei ao máximo, cumprir a tarefa de guardar silenciosamente as dificuldades e sofrimentos desta fase que é tão turbulenta, pois eu me preocupava em virar a preocupação ou o motivo da mágoa dos outros. Ao evocar memórias de minha infância e adolescência, lembro-me de uma menina muito quieta, sensível, empática, obediente, comportada, dedicada e responsável. Essa menina se tornou a mulher que sou hoje. Na maior parte dos meus 26 anos de existência, me acostumei a guardar tudo para mim. Isso não significa que eu não tive uma boa estrutura familiar e uma rede de apoio com quem eu

pudesse compartilhar coisas da vida. Pelo contrário, minha base sempre foi muito solidificada, majoritariamente pelas mulheres que participaram da minha vida, criação e educação, incluindo minha mãe e tias, e meu padrinho, que foi minha referência paterna.

Assim como na fase escolar, eu me dediquei totalmente aos estudos e obtive notas exemplares ao longo de minha vida acadêmica. Quando entrei na universidade pública para cursar Antropologia, com 19 anos de idade, eu já me encontrava cursando o ensino superior há cerca de um ano, em uma faculdade privada. Por meio do vestibular, eu consegui uma bolsa integral para estudar Psicologia. Entretanto, minha presença e participação em sala de aula era praticamente ausente. As inseguranças e os medos relacionados a falar em público, a compartilhar pensamentos, ideias e opiniões, sempre estiveram presentes. Portanto, a decisão de escrever este trabalho, e compartilhar meus sentimentos, emoções e vivências, foi bem desafiador. Mas encarei este desafio como uma possibilidade de impulsioná-lo ao rompimento do silêncio, da submissão e da passividade.

A descoberta da minha gravidez aconteceu no final de setembro de 2021, com 5 semanas de gestação. Lembro-me que uma semana antes da descoberta, eu tive episódios de cólicas intensas, que até então, tinha associado com meus problemas intestinais. Mas quando minha menstruação atrasou por dois dias, algo que nunca tinha acontecido em meu ciclo menstrual, resolvi fazer um teste de farmácia. Com o teste positivo, decidi realizar um exame sanguíneo, que também testou positivo. Lembro perfeitamente como ocorreu minha primeira consulta com uma ginecologista, estando grávida. Poucos minutos antes de entrar no consultório, eu tinha retirado o resultado do exame, na recepção da clínica. Mesmo já tendo o conhecimento do resultado do teste rápido, eu senti muito medo de abrir aquele envelope. Parecia que eu estava descobrindo a gestação naquele momento. E mesmo assim, a ficha só caiu mesmo quando recebi o “parabéns, você vai ser mamãe”, da médica que me atendeu.

A partir dali, tomei conta de que precisaria seguir diversas orientações e cuidados, para que a bebê pudesse se desenvolver de maneira saudável e segura. Recebi uma prescrição de um suplemento vitamínico para gestantes e a solicitação do primeiro exame de ultrassom obstétrico. Como eu não tinha plano de saúde, fui orientada a buscar a UBS mais próxima da minha residência, para que pudesse iniciar o acompanhamento pré-natal. Eu saí daquela consulta desorientada, no sentido de não saber explicar o misto de emoções e sentimentos resultantes da descoberta de uma gestação não planejada. E ainda, pelo fato de que em algum momento eu teria de comunicar abertamente para minha

família, a minha irresponsabilidade frente ao uso falho dos métodos contraceptivos, ou melhor, eu teria que contar que “engravidei porque quis”.

E, eu sabia que a partir desta comunicação, a imagem da menina-mulher perfeita e exemplar que construí ao longo da vida, seria desmascarada. Lembro as várias vezes que ouvi as pessoas falarem com surpresa e espanto sobre minha gravidez. Vale lembrar que, na época, eu tinha apenas 24 anos de idade, ainda morava na casa de minha mãe, não era casada e tinha recém iniciando um namoro, além disso eu estava desempregada, não tinha nem iniciado o TCC no qual eu estava procrastinando há cerca de dois anos, e que também, estávamos vivenciando um futuro incerto, ocasionado pelo contexto da pandemia do coronavírus. Enfim, foram vários os fatores, mas ali eu já vivenciava a culpa materna, me responsabilizava totalmente por ter engravidado. Afinal, ao engravidar nessas condições, como eu poderia ser uma boa mãe para minha filha?

Desde o início da gestação, eu comecei a ficar vigilante e me “policar”. Mesmo que o ato de beber e fumar era raro em minha vida, descartei de vez o uso social de bebidas alcoólicas ou fumo. Eu, que evitava ao máximo o uso de medicamentos, me propus a tomar cotidianamente as vitaminas recomendadas, como o ácido fólico, ferro e outros complementos. Eu, que tinha um certo receio de exames sanguíneos e procedimentos médicos, realizei todos os que foram solicitados. Sobre os sintomas que são comuns durante a gestação, posso afirmar que fui muito privilegiada. Lembro-me de apenas um episódio, que tive sintomas como o enjoo, a náusea e o vômito. No restante, não tive complicações ou riscos relacionados à saúde física, todo o processo de desenvolvimento fetal ocorreu de maneira tranquila e dentro do esperado.

Apesar das surpresas, minha gravidez foi abraçada com muito amor e apoio familiar. Eu estava gestando a primeira neta de minha mãe. E sem dúvidas, ela segurou minha mão nesta jornada de “mãe de primeira viagem” e nunca mais a soltou. Assim como o restante da família. Com oito semanas de gestação, realizei a primeira ultrassonografia pelo sistema público de saúde, onde pude ouvir os batimentos cardíacos da bebê pela primeira vez. Foi muito rápido, mas brotou um sentimento que eu não conhecia antes. O mesmo aconteceu quando a barriga começou a crescer, e os primeiros movimentos se tornaram perceptíveis. Passei a ter o costume de acariciar a barriga com mais frequência, e a conversar com ela também. Era gratificante quando eu tinha uma resposta desses estímulos, apesar da sensação ser bem esquisita.

Os movimentos fetais, que no início da gestação eram mais sutis e breves, foram se tornando cada vez mais intensos. Assim como as alterações hormonais e

emocionais. A irritabilidade e a sensibilidade emocional foram bem marcantes na minha gestação, especialmente no terceiro trimestre. Nessa época, a barriga foi crescendo de maneira significativa (antes do 5º mês, eu não tinha uma barriga aparente) e ficando mais pesada, e conseqüentemente, as posições para dormir foram ficando mais limitadas e desconfortáveis. As dores na coluna e no nervo ciático também pioraram. Com a chegada da reta final da gestação, a ansiedade e o medo do parto se tornaram bem presentes. Como compartilhado no início deste trabalho, eu ainda estava indecisa sobre a escolha da via de parto. E como falei, sempre estive inclinada a colocar os outros e suas opiniões em detrimento das minhas próprias escolhas, e isso aconteceu inclusive no modo que fui conduzindo minha gestação.

Desde o início da gravidez, realizei meu pré-natal pelo SUS. Mas por sentir uma certa pressão familiar, concordei em iniciar o acompanhamento também em uma instituição particular de saúde. Havia uma grande preocupação por parte da minha família, em me submeter aos cuidados de saúde pública, especialmente pelo fato de que o parto cesárea é indicado somente em casos em que realmente haja necessidade para tal. As mulheres da minha família que vivenciaram a maternidade, majoritariamente, vêm de uma cultura da cesárea, o que é muito comum no Brasil. As taxas de parto cirúrgico vêm crescendo de maneira progressiva e preocupante em todo o mundo, considerando que se realizado sem indicação médica, pode ser prejudicial tanto para a mulher quanto para o bebê. Na América Latina, as taxas indicam que cerca de 43% dos nascimentos no ano de 2021, foram realizados a partir da cesárea. O Brasil é um dos países recordistas, ocupando a segunda posição no *ranking* dos países onde os partos cirúrgicos já ultrapassaram os partos vaginais (OPAS, 2021).

Neste trabalho, já foi abordado o fato de que o corpo feminino e a maternidade, de modo geral, são carregados de mitos, estereótipos e tabus. Além disso, vimos como o corpo feminino é controlado pelo Estado e diversas agências sociais, políticas e científicas, como a Medicina. E a forma com que essas representações são construídas, idealizadas e normatizadas em nosso imaginário social, influenciam significativamente nossas próprias crenças, pensamentos e comportamentos (BADINTER, 1985). Portanto, a escolha da via de parto representou um momento de muita ansiedade, angústia e medo. Eu já tinha certeza do que queria, mas ouvir constantemente as várias histórias pessoais de parentes e de outras pessoas da convivência, de certa forma, me fizeram questionar minha decisão.

Essa questão foi bem definida por Rocha & Ferreira, quando descrevem que “a escolha da via de parto é muito mais do que um desejo por parte das mulheres, pois depende do acesso às orientações durante o período pré-natal e envolve aspectos familiares e culturais (ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 561). Essas opiniões eram sempre associadas às dores do parto normal, as alterações corporais (algumas vezes ouvi que minha bexiga pudesse ficar baixa) e sobre as alterações na vida sexual (devido a um possível alargamento da vagina em função do parto vaginal), bem como os perigos associados a assistência obstétrica precária na rede pública de saúde. Ouvi vários relatos do tipo “eles deixam as mulheres sofrendo, ficam enrolando para tirar o bebê”. Além disso, havia uma grande expectativa e muitas idealizações em torno da minha gestação e do nascimento da minha filha.

Portanto, comunicar minha decisão, seria o momento em que eu precisaria impor minhas vontades, e sair do silêncio. No dia que eu decidi conversar com a médica do plano particular de saúde, sobre a questão do parto, além de minha mãe, uma tia também me acompanhou na ida ao hospital para a consulta. Com muita insegurança, pedi a elas que não me acompanhassem dentro do consultório. Eu precisava ter aquele momento meu, encarar minhas inseguranças sozinha. Eu precisava responder por mim mesma. Ninguém poderia decidir a forma que eu gostaria de parir, ou pelo menos, não tinham o direito de fazê-lo. Nem mesmo uma médica obstétrica, ela não tinha esse direito.

Ao longo da gestação, não apresentei nenhuma complicação ou fatores de risco que indicassem a necessidade de uma cesárea. Pelo contrário, minha gestação foi muito tranquila e saudável, sendo considerada de baixo risco ou de risco habitual. Entretanto, a dita profissional tentou me convencer de que o parto normal não era uma boa opção para mim. As consultas de pré-natal no plano particular sempre foram extremamente rápidas e vazias. E o preço cobrado para aquele (des)serviço oferecido não era barato. O fluxo de gestantes atendidas nessa instituição sempre me chamou atenção. Um dia em que eu aguardava na sala de espera, resolvi observar o “entra e sai” de gestantes do consultório médico. A duração de cada atendimento variava em média, cerca de 5 a 10 minutos. Eu não me sentia acolhida, informada ou orientada sobre questões pertinentes a uma gestante. Foi impossível criar um vínculo com a médica, antes mesmo do ocorrido, não tive abertura para isso.

Além disso, as consultas nesta instituição sempre seguiram um roteiro mecanizado de atendimento, onde a médica me cumprimentava, confirmava a idade gestacional, pedia para que eu subisse na balança para verificar meu peso, e

posteriormente, solicitava que eu me deitasse na maca, para que pudesse avaliar o tamanho da barriga, a altura uterina e os batimentos cardíacos da bebê. Em todas as etapas de avaliação, percebi que a médica ficava centrada na sua folha de papel, realizando suas anotações. Eram raros os momentos em que ela estabelecia um contato visual comigo ou que desse abertura para um diálogo, para que pudesse me fornecer informações ou orientações sobre a gestação, parto e pós-parto.

Algumas vezes, o parto foi abordado nas consultas, mas sempre direcionando para uma possível data de agendamento do parto, pois segundo a médica, “com 38 semanas já dá pra tirar”. Quando aceitei contratar o plano particular, me certifiquei de que a escolha do parto, tanto o parto normal quanto a cesárea, pudessem ser realizados mediante a uma escolha pessoal, em conjunto com uma avaliação médica. Ao longo do acompanhamento, senti falta de uma conversa sobre essas questões, e considerando o fato de que meu parto estava se aproximando, resolvi conversar com a médica para esclarecer minhas dúvidas, pois saindo dali eu iria contar minha decisão à família. Chegando ao final da consulta, eu disse para a médica que estava com dúvidas sobre os tipos de parto, e que gostaria de algumas orientações para que minha decisão fosse mais leve e tranquila.

Após minha fala, imediatamente percebi uma mudança no semblante da médica. A mesma que, até então, se concentrava nas suas anotações, largou sua caneta, me encarou e me respondeu de maneira ríspida: “Mas quem vai realizar seu parto normal? Se quiser ter parto normal, pode procurar outro médico, porque eu não faço!”. Naquele momento, tudo começou a sucumbir. Como forma de compensar sua conduta desrespeitosa e antiética, a médica, a todo custo, mostrou-se disposta a “provar” que a melhor escolha que eu poderia fazer, seria optar pela cesárea.

Para me induzir a isso, a médica criou um cenário imaginário e hipotético, que me despertou medo e insegurança. Segundo ela, eu não poderia colocar a minha vida e a vida da minha bebê em risco. Primeiro, porque sua agenda de trabalho não era compatível com o processo do trabalho de parto. Ela não teria disponibilidade para acompanhar as fases desse processo e não tinha uma equipe de plantão. “E se eu estiver viajando? Como você vai ter um parto normal?” Ou seja, com a cesárea agendada, não teria esses riscos. Além disso, eu deveria considerar o fato de que o hospital particular era estruturalmente precário e que não dispunha de instrumentos importantes para um parto normal (ela citou o fórceps). Aquela instituição era um hospital, e não uma maternidade. Ela não fornecia os cuidados de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), caso a

bebê viesse a nascer com algum risco de vida ou outras complicações. Ou seja, apesar da instituição “vender” tanto a cesariana quanto o parto normal, a autonomia e a participação da gestante na escolha do parto eram uma fachada.

A cidade de Foz do Iguaçu, localizada na região oeste do estado do Paraná, minha cidade natal, conta somente com uma instituição que oferece unidades de cuidados Neonatais, o Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC). Segundo informações disponibilizadas no *site* do HMCC, o hospital oferece três unidades voltadas ao atendimento de bebês recém-nascidos que precisam de cuidados especiais, sendo elas Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), Unidade de Cuidados Intermediários (UCI), Unidade Canguru (UCINCA). Nesses casos, os bebês não podem seguir para o alojamento conjunto em companhia de suas mães e familiares, conforme o esperado logo após o nascimento, devido a necessidade de cuidados e acompanhamento de alta complexidade, durante 24 horas. É importante destacar que o HMCC atende mais de 60% dos pacientes do SUS.

A médica também apontou os riscos relacionados à distância entre as instituições, “E se você não chegar a tempo no HMCC?”. O discurso dela, também desconsiderava totalmente os potenciais riscos e complicações relacionados a uma cesárea realizada sem necessidade. Para tornar seu discurso mais apelativo, ela também apontou os riscos relacionados aos fatores da idade e da anatomia. Na visão dela, eu era muito jovem e não tinha estrutura corporal para suportar e aguentar um parto normal, pois na sua visão, eu era muito jovem, pequena fisicamente e “magrinha”. Quando saí daquele consultório, eu desabei. Me senti totalmente desamparada, desorientada e desrespeitada. Mas com total certeza de que eu nunca mais voltaria naquele local, e que não iria me submeter aos desserviços da dita profissional.

A partir de minhas pesquisas sobre o universo da maternidade, especialmente sobre gestação e parto (fases que eu vivenciava no momento), que inicialmente, eram realizadas devido a uma necessidade pessoal, para que eu pudesse me sentir mais preparada e informada sobre tais processos e sobre meus direitos, me deparei várias vezes com a questão da cultura da cesárea e da conveniência médica. Observa-se que a cultura da cesariana se faz cada vez mais presente no Brasil. O acesso à cirurgia eletiva se tornou um bem de consumo, uma fonte de lucro e fonte de comodidade médica (OLIVEIRA *et al*, 2022). A ampla utilização despretensiosa da cesariana é uma preocupação mundial, especialmente quando analisada no setor privado de saúde. Segundo Nakano et al (2017), no Brasil, no ano de 2013, a cesárea representou cerca de

86% dos nascimentos no setor privado, enquanto no setor público de saúde, os dados apontam que cerca de 46% dos partos são realizados a partir da cirurgia.

Considerando que no Brasil, a assistência ao parto é realizada predominantemente por profissionais da obstetrícia, as práticas, as condutas e as preferências dos obstetras têm peso significativo nessas estatísticas. Elas demonstram como a formação médica nas escolas de obstetrícia vem se adequando à cultura capitalista e a imputação da escolha das mulheres. Nakano, Bonan & Teixeira, apontam que “há um estilo de pensamento médico-obstetra materializado em um conjunto de práticas, técnicas, tecnologias e saberes que cria disposições para o entendimento da cesariana como um modo normal de nascer” (NAKANO *et al*, 2021, p. 417). Este modo normalizado e normatizado de parir, resultante da prática e da promoção de uma cultura intervencionista, orientada pela conveniência e comodidade médica, reforçam os medos e as inseguranças das mulheres em relação ao parto normal, e superestimam a cesárea como um parto mais seguro e de menor risco.

A simplificação do procedimento, a trivialidade, a segurança e a familiaridade com a cirurgia de fazer nascer, desde o período de graduação, promovem a disposição de incorporação da cesariana à prática obstétrica. É um procedimento cirúrgico que “deu certo” e teve “boa aceitação”. A técnica cirúrgica passa a alistar múltiplos regimes de valor – estéticos, sociais, mercantis, jurídicos –, abrindo margem para outros arranjos sociotécnicos, como a cesariana agendada, a proteção contra litígios, o nascimento roteirizado, limpo e ordenado. [...] Os valores estéticos relacionados à cesariana assumem diferentes expressões. O aperfeiçoamento da técnica permite uma “cicatriz bonita”, que “não vai aparecer”, que não marca. A “cicatriz feia, horrível” da episiotomia é eliminada. A “mulher acordadinha, perfeita” durante o nascimento é produto da evolução das técnicas cirúrgicas (rapidez, roteirização, previsão) e anestésicas. A cesariana ordena a cena do parto, elimina o caos dos gritos, descontroles, sangue e secreções do parto vaginal; promove uma nova estética do nascimento que se pretende mais humanizada, socializável e vendável (NAKANO *et al*, 2021, p. 422).

Nesse sentido, entre os profissionais da “nova obstetrícia”, há uma lógica de modernidade, de evolução das técnicas e das tecnologias dos partos, que devem ser incorporados nos modos de intervir e agir frente ao nascimento, defendendo o agir de “antemão”, de impedir o surgimento de contratemplos e imprevistos. Afinal, é muito mais

prático e cômodo realizar nascimentos a partir de cirurgias eletivas, onde se tem uma data agendada, uma média de tempo para início e fim da cirurgia, uma técnica roteirizada de como operar, além do fácil acesso a recursos como anestésias, medicamentos e materiais de sutura. Ou seja, o profissional tem total controle e domínio da situação. Já o parto vaginal, é considerado imprevisível. Portanto, essa lógica impede todo o protagonismo e empoderamento das mulheres sobre seus corpos e sobre seus partos: “enquanto no parto vaginal, o trabalho do parto é da mulher, na cesariana, o trabalho é do médico, o controle é dele, em duplo sentido: ele domina o conhecimento e a técnica de fazer, saber e poder” (NAKANO *et al*, 2021, p. 424).

Rocha & Ferreira (2020) apontam que o atual modelo obstétrico brasileiro, caracterizado pelo uso indiscriminado da cesariana, vem sendo apontado como fator de risco aos elevados índices de mortalidade materna e neonatal. As autoras também destacam que os processos de medicalização e intervenção do nascimento, tornaram o parto um evento médico, marcado por uma relação assimétrica entre profissionais de saúde e parturientes. Com a supervalorização do saber e da prática médica, as mulheres são colocadas como coadjuvantes de suas próprias vivências de parto. A elas, atribui-se o lugar do não saber, o que desconsidera toda sua capacidade de participar do processo fisiológico do nascimento de seu bebê. Infelizmente, esse cenário contribui fortemente com a insatisfação de mulheres acerca da via de parto, sendo frequente o surgimento de sentimentos como angústia e temor.

Logo, no contexto vivido pelas mulheres nas maternidades do Brasil, os sentimentos de angústia e temor são frequentes entre as usuárias, pois o cuidado recebido vai contra o cuidado esperado. Há uma grande discussão em torno do respeito à autonomia das mulheres envolvendo o Conselho Federal de Medicina, que defende o direito à autonomia das mulheres em relação à cesariana a pedido. No sentido oposto, as mulheres sentem-se impossibilitadas de questionar a necessidade ou não da cesárea, diante da postura hostil ou autoritária dos profissionais de saúde. [...] O impacto da violência obstétrica vai desde a perspectiva macro até a micro, uma vez que desfavorece o vínculo e a promoção da saúde. Isso contribui para que o parto, no imaginário das mulheres, seja necessariamente associado à dor e ao sofrimento, naturalizando a violência (ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 561).

Ao abordar esta discussão, meu intuito não é desmerecer as tecnologias de assistência ao parto, e sua importância enquanto uma medida excepcional para intervir

em desfechos de riscos materno-infantil. Pelo contrário, meu objetivo é demonstrar que os sentidos que vêm sendo atribuídos a cesariana, se desprendem inteiramente de sua verdadeira proposta, enquanto uma cirurgia desenvolvida para salvar vidas e não para lucrar com vidas. É fundamental destacar que a decisão da via de parto é um direito da mulher, que deve ser respeitado tanto no SUS quanto em instituições privadas (PARANÁ, 2018).

Nesse sentido, cabe aos profissionais da saúde, da assistência obstétrica e dos cuidados materno-infantil, o comprometimento com o exercício legal e ético de suas profissões, que são estabelecidos por seus devidos Conselhos de Classe. Estas condutas devem assegurar os direitos de participação da gestante acerca da modalidade de parto, bem como o fornecimento de informações sobre os tipos de parto, seus respectivos benefícios e/ou riscos, além do acesso à avaliação de risco gestacional durante todo o acompanhamento pré-natal. Portanto, é fundamental que esses profissionais assumam um compromisso social, ético e político com o enfrentamento à Violência Obstétrica (PARANÁ, 2020).

Após aquela consulta, abandonei o plano particular e dei continuidade ao pré-natal no “postinho” de saúde. Decidi que meu parto seria realizado pelo SUS, ou seja, seria realizado pelo HMCC. Ao longo do pré-natal na UBS, desenvolvi um vínculo muito bonito com as enfermeiras e a médica que me acompanharam. Sempre fui muito bem acolhida, ouvida e respeitada. Diferente das breves consultas no plano particular, as consultas na UBS não duravam menos de uma hora. A cada consulta, era realizada uma avaliação minuciosa da minha gestação e do desenvolvimento da bebê. Os momentos de orientações eram sempre ricos, me sentia orientada, mais aliviada e tranquila. Lembro que na consulta seguinte ao episódio relatado anteriormente, a enfermeira do postinho me convidou para participar de um grupo virtual para gestantes assistidas pelas UBS's da região onde eu morava.

Minha participação neste grupo foi breve, mas de muita importância para meu preparo emocional frente ao parto. Minha primeira participação nas reuniões virtuais aconteceu de maneira leve e acolhedora. Fui orientada por uma fisioterapeuta sobre a preparação corporal para o parto, que compartilhou exercícios e técnicas de fisioterapia pélvica. Também fui orientada por uma enfermeira, onde pude me informar sobre questões burocráticas, relacionadas ao direito de acompanhante de parto, as dinâmicas de visitas durante a internação em tempos de pandemia, sobre a questão da mala de maternidade, bem como a realização de um plano de parto.

No decorrer da semana seguinte à reunião, decidi colocar algumas orientações em prática. Mas nada saiu conforme o esperado, pois na madrugada do dia 07 de maio de 2022, minha bolsa rompeu. Eu não tinha me preparado fisicamente para trabalhar os movimentos do assoalho pélvico, que tem importante papel no parto normal. Eu não tinha uma “mala maternidade” arrumada, muito menos o documento do Plano de Parto. A data prevista do parto de Flora, estava estimada para o dia 30 de maio, mas para minha surpresa (nenhuma surpresa de minha mãe), minha bebê chegou ao mundo bem antecipada (no seu tempo), no dia 08 de maio. Neste mesmo dia, também completei meus 25 anos de idade. Eu não esperava vivenciar meu primeiro Dia das Mães, parindo. Mas posso afirmar que ganhei meu melhor presentinho.

Não consigo explicar o misto de emoções e sentimentos que vivenciei durante minha ida para a maternidade. Somente lembro que troquei de roupas, peguei minha identidade e uma pasta de documentos do pré-natal. Fui acompanhada do pai da minha filha. Minha mãe ficou em casa, com a missão de arrumar tudo o que eu não havia arrumado para levar à maternidade. Eu estava bem ansiosa, mas despreziosa para o parto. Eu prometi para mim mesma que não iria ficar imaginando como seria o processo do parto, eu iria focar no momento presente. Mesmo com a estrada vazia daquele sábado às cinco da manhã, o trajeto até o hospital parecia mais longo que o normal. Mas me propus a aproveitar aquele momento. Deixei o vento gelado entrar pela janela do carro, e senti-lo em meu rosto e cabelos. Ao longo do trajeto, um sorriso tímido sempre surgia em meus lábios, eu estava transbordando de ansiedade.

Aguardar na recepção do hospital, parecia uma eternidade. No celular, as notificações não paravam de chegar. Mas preferi não ler as mensagens. No hospital, passei por um acolhimento, e depois por uma avaliação médica, que confirmou a partir do exame de “toque”, que minha bolsa havia rompido. Fui direcionada para uma poltrona reclinável, na qual permaneci por um tempo, realizando um exame chamado cardiotocografia, que tem como objetivo monitorar os batimentos cardíacos, os movimentos fetais e a oxigenação do bebê. Após a conclusão do exame, fui informada de que iria ser internada. Assim, segui para um alojamento conjunto, onde encontrei várias mulheres gestantes, usando aventais na cor rosa. Eu também recebi um destes, e ficou enorme em mim. Fiquei alojada em uma cama, localizada no centro da sala. Lembro que neste amplo ambiente, várias cortinas eram usadas para delimitar os espaços entre as camas, funcionando como uma divisória entre as gestantes.

Naquela cama eu permaneci por horas, acompanhei três trocas de plantão. Ao longo da internação, eu não apresentei nenhum sinal de dilatação ou contrações. Eu somente tinha a bolsa rompida. Portanto, meu parto foi induzido artificialmente, através da inserção de medicamentos na vagina. Foram realizados vários exames de toque, e cerca de quatro pílulas, que foram inseridas em um intervalo de 4 horas entre elas. Eu não lembro exatamente como foi a chegada dos sinais do trabalho de parto. Mas lembro que aconteceu perto da meia noite, e que muitas mulheres já estavam em trabalho de parto há horas. Algumas delas estavam parindo. Sempre que um médico entrava na sala para realizar o parto, os acompanhantes eram convidados a se retirar da sala, e as cortinas eram puxadas com força, para separar as mulheres parindo das que aguardavam sua vez. Eu não conseguia ver, mas não podia deixar de ouvi-las. A partir daí, fui tomada pelo medo.

Quando as contrações chegaram em seu apogeu, o banheiro se tornou meu refúgio. A água fervente do chuveiro, parecia ser a única solução para aliviar as dores das contrações, mas a sensação de alívio era muito breve e momentânea. Eu já não respondia por mim. Só lembro que sentia uma necessidade de fazer força, de evacuar, meu corpo pedia aquilo. Inclusive, fui convidada e alertada a me retirar do banheiro por uma das enfermeiras: “Menina, você não quer parir seu bebê na privada, né?”. Mas a sensação era que a dilatação total nunca iria acontecer. As dores eram muito intensas. Eu já estava cansada de gritar, de me movimentar, de implorar por atendimento médico. Quando aconteceu outra troca de plantão, um médico se direcionou até mim para realizar um novo exame de toque. Eu estava com 9 cm de dilatação.

Nunca vou esquecer a tranquilidade e a humanização que esse médico me transmitiu, em um dos momentos que eu mais precisava ser acolhida. Além de ser surpreendida pela forma de tratamento recebida, fui surpreendida mais uma vez. Em uma cadeira de rodas, fui transferida para outra sala. Quando cheguei no local, parecia que eu tinha encontrado uma luz no fim do túnel. E no final desse túnel, uma música ecoava. Não lembro qual música era, mas a sensação foi de tranquilidade. Duas profissionais estavam posicionadas em frente a uma banqueta de parto vertical, na qual fui orientada a me sentar. O médico se sentou em minha frente, e me orientou sobre o que fazer antes e durante o período expulsivo. Lembro de segurar os braços do médico com bastante força durante a expulsão. Foram cerca de 4 tentativas, até que minha filha nascesse. Lembro que ela estava bem gelada, quando a peguei no colo pela primeira vez.

As profissionais nos ajudaram a registrar o momento, e o médico convidou o pai da minha bebê para cortar o cordão umbilical. Eu tive uma laceração natural,

portanto, precisei ser costurada logo após o parto. Apesar das anestésias locais na região íntima, foi bem incômodo o procedimento. Depois disso, fui transferida para outro quarto, onde fiquei aguardando minha bebê. Quando penso no primeiro momento que fiquei sozinha com ela, a questão dos mitos em torno da maternidade como algo natural e instintivo para as mulheres, vem à minha cabeça rapidamente. Eu estava deitada, ainda me recuperando de todo o processo. Logo uma enfermeira chegou à sala, e me entregou a bebê toda enrolada em um pano, tipo “charutinho”, e me disse “pode amamentar ela, mãezinha”.

Nesse momento, me senti muito perdida. Eu não estava nem conseguindo segurar a bebê direito em meus braços, e nem conseguindo acomodá-la ao meu lado. Como eu iria amamentá-la? Me senti muito incompetente, pois parecia que eu deveria saber como agir naquela situação. Afinal, sempre ouvi falar do instinto materno. Portanto, amamentar deveria ser algo natural. Mesmo envergonhada, tive que pedir ajuda. A enfermeira percebeu então, que eu era uma “mãe de primeira viagem”. Essa visão também foi compartilhada por outras enfermeiras, quando eu e minha bebê ficamos em um alojamento conjunto, com outras mães e recém-nascidos. Lembro de um momento, que a bebê não parava de chorar, decidi pedir ajuda para uma enfermeira, que me respondeu “Tua bebê tá com fome! Você tem que amamentar ela direito!”. Nas primeiras 24 horas da amamentação, a sucção da minha bebê era bem lenta, ela sempre dormia durante as mamadas. As enfermeiras diziam que eu deveria acordar a bebê, e amamentar a cada 3 horas, no máximo. Eu tentava a todo custo mantê-la acordada, seguindo as orientações das enfermeiras, como tirar a meia da bebê e fazer cócegas nos pés dela, conversar com ela, movimentar suas perninhas, etc. Mas nada parecia manter a bebê acordada. Inclusive, eu também tinha muito sono. Meus olhos pesavam, mesmo estando em estado de alerta.

Certo momento, quando o pai da bebê estava almoçando no refeitório, fiquei sozinha no quarto com a bebê. Era o momento que eu finalmente iria me alimentar, eu estava com muita fome. Coloquei a bebê no berço, que estava ao lado da minha cama, e então, me sentei para comer. Entre as primeiras garfadas, percebi algo estranho, a bebê parecia com dificuldades para respirar. Ela estava engasgada. Fui correndo para a enfermaria, pedindo por ajuda. Lembro das enfermeiras utilizando uma sonda para realizar a aspiração, para desengasgar minha bebê. Ouvi alguns cochichos das enfermeiras, dizendo que a bebê poderia ter engolido líquido do parto. Outra me questionava se eu estava colocando a bebê para arrotar, conforme orientado.

Esse episódio se repetiu cerca de quatro vezes, e eu não sabia o motivo dos engasgos. Inclusive, em uma das vezes que a bebê já estava roxinha, eu e o pai da bebê tínhamos pegado no sono. Somente fomos saber, porque um outro pai nos acordou. Me senti tão culpada por aquilo. Ainda mais pelo fato de que a enfermeira apontou que era um erro meu. Segundo ela, eu não estava colocando a bebê para arrotar: “é por isso ela está se engasgando!”. Justo quando algumas horas antes, eu tinha ficado mais de 50 minutos tentando, com a bebê apoiada em meu ombro, mas ela não arrotava. Eu não estava sendo uma boa mãe. Lembro de uma mãe que estava acomodada ao meu lado, que fazia isso com facilidade. Cerca de 5 minutos após a mamada, sua bebê emitia um arrote alto, lindo de ouvir. Essa mesma mulher foi quem me acolheu, após me ver aos prantos diante da minha dificuldade com a amamentação: “Não desista Silvia, eu sei que não é fácil”.

Apesar dos sustos, minha bebê estava saudável, e recebemos alta um dia após o parto. Eu ainda morava na casa de minha mãe, e durante o primeiro mês da bebê, recebi muito apoio e suporte da minha família. Minha mãe, tias e vizinha sempre estavam por perto, seja para ajudar com o banho da bebê, com as trocas de fraldas, ou até mesmo para cuidá-la enquanto eu descansava, tomava banho ou me alimentava. Passado um mês de puerpério, além de todas as mudanças físicas, hormonais, psíquicas e emocionais do pós-parto que eu estava vivenciando, tive que enfrentar uma outra mudança abrupta na minha vida: deixar a casa de minha mãe, na qual cresci e sempre vivi, para dar início a uma nova fase, junto ao pai de minha bebê. Passei a assumir a responsabilidade total de uma recém-nascida, e iniciei meu teste da maternidade, afinal, “para que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que seja mãe, não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte quatro horas por dia” (BADINTER, 1985, p. 248).

Foi em nossa casa, que eu conheci a maternidade real e as ambivalências de ser mãe. Se antes eu me sentia perdida, não imaginaria o quão desafiador seria enfrentar essa jornada solitária da maternidade. A solidão materna já tinha se apresentado para mim, ainda durante a gestação. Mas foi no puerpério, que eu a conheci mais intimamente. Lembro de vários momentos, que passei o dia inteiro sem conversar com ninguém. Eu passava horas dentro de um quarto, amamentando em livre demanda. Ora o silêncio era interrompido pelos choros da bebê, ora pela minha própria voz, quando conversava sozinha, já que a bebê ainda não interagia. Quando não estava amamentando, estava envolvida com as trocas de fralda, com os banhos, com o ninar no colo. Além de me dividir com os cuidados da casa, com o preparo de minhas próprias refeições e outras

tarefas que envolvem uma nova rotina com uma bebê, como lavar e estender roupas em miniatura, administrar vitaminas diariamente, passear com a bebê sob a luz do dia, dentre outras.

Mesmo sem energia, disposição ou vontade, eu tinha que cumprir com todas essas funções. Eu tinha um ser humano totalmente dependente de mim. Fui vendo minha individualidade e singularidade indo embora. Toda minha atenção e dedicação se voltaram à minha filha. Eu já nem me reconhecia, era uma estranha a mim mesma. Minha aparência não era mais a mesma, eu estava sempre “desarrumada”. Eu já não usava as mesmas roupas de antes, até porque a amamentação exige roupas mais confortáveis e com rápida acessibilidade aos seios, já que eu precisava estar pronta e disponível para amamentar a qualquer momento. Além disso, eu emagreci bastante. Meus cabelos estavam caindo e sempre bagunçados. Por não estar conseguindo cuidar dos cabelos direito, resolvi cortar, e me arrependi por isso. Com as alterações hormonais, surgiram muitas acnes. E as olheiras nunca mais desapareceram. Minha autoestima ficou destruída.

Como eu poderia me sentir totalmente completa, preenchida de amor e feliz, sendo que não conseguia nem cumprir com minhas próprias necessidades básicas? Comer, beber água, escovar os dentes, tomar banho, ir ao banheiro ou dormir são alguns exemplos. Como eu poderia me sentir plena e feliz com os seios inchados, doloridos e empedrados? Em ter que ordenhar leite quando os ductos mamários entupiam? Em ter meu sono interrompido diversas vezes durante a noite para amamentar? Em ter que lidar várias vezes ao dia, com choros que ecoam como estrondos nos ouvidos? Como eu poderia me mostrar mais sorridente, disposta, menos irritada ou estressada, quando eu me sentia exausta e sobrecarregada? Eu parecia estar em um ciclo infinito, no qual eu sentia um amor e ternura inexplicável, e ao mesmo tempo sentia falta da minha antiga vida e rotina, das pessoas que eu tinha contato, e que deixei de me vincular após me tornar mãe.

Eu vivenciei um luto, a dor de perder eu mesma. Minha mente e meu corpo foram tomados por um misto de sentimentos ambivalentes que se confluíram ao mesmo tempo, se dividindo entre amor, carência, raiva, alegria, tristeza, exaustão e satisfação. Eu amava estar com minha filha, poder acompanhar cada etapa de seu desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo, me sentia presa e estagnada dentro de casa. Minhas saídas de casa, se resumiam em postinho de saúde e mercado. Sinceramente, foram várias as situações em que pensamentos intrusivos surgiram, principalmente os relacionados à fuga. Eu sentia uma grande revolta, angústia e ansiedade. Raiva por ver a vida do pai da minha filha retomar tão rapidamente, enquanto eu continuava ali naquela situação, sobrecarregada.

Angústia e ansiedade porque eu sabia que esses sentimentos não desapareceriam, mesmo o dia terminando, eu iria vivenciar no dia seguinte, tudo de novo.

Mesmo tendo uma boa rede de apoio familiar, até que ponto iriam compreender toda essa confusão de sentimentos? E no combo da maternidade, vem o sentimento da culpa. Eu sempre me pego pensando sobre e questionando as minhas capacidades maternas, “será que estou sendo uma boa mãe?”. A sensação é de que sempre preciso me doar mais e mais. Quando me sinto exausta, sinto culpa. Quando não consigo oferecer uma refeição balanceada e saudável para minha filha, também. Quando não consigo passar um tempo de qualidade com ela, brincando, interagindo e a ensinando, também. Quando preciso recorrer às telas, também. Quando preciso deixá-la sob os cuidados de terceiros, também. Assim como quando a bebê se machuca. Quando ela se mostra “mal-educada”. Mas como eu poderia deixar de sentir culpa e impotência se a responsabilização pelos cuidados, afeto e educação dos filhos foi historicamente fixada no papel das mulheres, sendo estas cobradas e julgadas incansavelmente? Simone Mestre e Érica Souza descrevem bem toda essa discussão que abordei nos parágrafos anteriores:

A culpa que cerca a vida das mães, quer seja por ela não se dedicar suficientemente aos filhos, quer seja pelos filhos não corresponderem às expectativas sociais de aprendizado ou comportamento, origina-se na obrigatoriedade das mulheres em incorporarem a imagem da mãe cuidadora. É uma representação típica de como nossa sociedade atribui à mulher a responsabilização social pela criação dos filhos, desconsiderando, inclusive, suas possíveis dificuldades ou sua classe social, agregando responsabilização, apenas, a uma categoria de gênero, contribuindo, conseqüentemente, para a baixa autoestima das mulheres, cujas obrigações para com os filhos demandam atribuições de maior dedicação, trabalho e exigência que as atribuições paternas (MESTRE; SOUZA, 2021, p 7).

Eu nunca fui ingênua, a ponto de pensar que a maternidade seria fácil ou leve. Mas eu não imaginaria que seria tão desafiador assim. E essas são as partes que ninguém fala sobre a maternidade. Desde a gestação, eu ouvi muitos relatos de maternidade, mas muito romantizados, sempre fixados na ideia do amor incondicional, da felicidade e da plenitude. Certa vez, uma pessoa me disse que “ser mãe será a melhor coisa que aconteceu na sua vida, você vai ver”. Também me lembro quando diziam que eu nunca mais iria me sentir sozinha, pois teria uma companheira pro resto da vida. Entretanto, eu não consegui encontrar essa plena realização ou felicidade infinita que tanto

me falavam. Assim como não consegui deixar de sentir o vazio, a tristeza, a solidão e a culpa. Esses sentimentos me acompanham até hoje, e sinceramente, acho que nunca vão embora, eles apenas irão adquirindo novas formas e significados.

Por isso, tenho que concordar com Badinter, quando ela afirma que “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 21). Também me inspiro nas palavras de Simone de Beauvoir (1967), para afirmar que “ninguém nasce mãe, torna-se mãe”. Eu não nasci pronta para ser mãe só porque nasci mulher. Inclusive, demorei para me reconhecer como mãe. Eu me tornei mãe e venho construindo minha relação de amor materno aos poucos, em cada momento que passo com minha filha, em cada nova fase de seu desenvolvimento, em cada descoberta e principalmente, a cada desafio que envolvem as mesmas. E esse processo de “tornar-se” é longo, e por vezes, doloroso e solitário. É justamente nessa direção que este texto se propôs a caminhar. Ao compartilhar um pouco da minha recente jornada enquanto mãe, busco demonstrar como essa construção social, cultural, histórica e política em torno da maternidade e do papel das mães, ainda continua muito presente em nosso imaginário social e afeta cotidianamente nossas vivências enquanto mães, especialmente pela carga de vivências psicológicas e emocionais.

### **CAPÍTULO 3: FEMINISMOS E MATERNIDADES: O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS VERTENTES FRENTE AS DISCUSSÕES SOBRE MATERNIDADE**

Primeiramente, se faz necessário pontuar que ao longo da história, mulheres, de diferentes classes, raças, sexualidades e idades, se organizaram e ainda vêm se organizando coletivamente, de diversas maneiras, em diferentes espaços e tempos, em prol da igualdade de gênero. O feminismo surge a partir da percepção e dos questionamentos levantados por mulheres em função das sistemáticas e estruturais desigualdades, violências, explorações e opressões, que historicamente têm lhes afetado, por sua condição de gênero, e ainda, por suas condições raciais, econômicas ou relacionadas à sexualidade. Desta forma, as lutas por direitos, em diferentes aspectos da vida, incluindo direitos políticos, econômicos, sociais e culturais, são pensadas e reivindicadas a partir das particularidades de cada grupo e de suas demandas, em diferentes contextos históricos.

Nesse sentido, apesar das feministas compartilharem o objetivo comum de alcançar a igualdade de gênero, é importante ressaltar que o feminismo não é um movimento homogêneo. Pelo contrário, é um movimento que historicamente foi marcado por concordâncias e discordâncias em seu interior, devido às diferentes perspectivas e especificidades de cada grupo. Assim, também é importante ressaltar que a forma com que as discussões e reivindicações em torno da maternidade foram abordadas pelas vertentes feministas, também são variadas e particulares a cada momento histórico.

Nos próximos tópicos, será apresentado um breve panorama de três momentos históricos diferentes do movimento feminista e a forma com que a temática da maternidade foi abordada pelas mulheres em suas diferentes vertentes e reivindicações. Para tanto, esses momentos são apresentados a partir da denominação de "ondas", que se referem a diferentes períodos históricos de fervor militante e/ou acadêmico, que foram marcados por mudanças significativas nas demandas, estratégias e objetivos do movimento feminista. Essa diferenciação de momentos, está ligada à percepção de que esses ativismos apresentavam demandas específicas, progredindo em direção a outras questões à medida que o tempo passava e a sociedade sofria mudanças, e as mulheres alcançaram suas reivindicações.

Cada nova onda do feminismo se relaciona com as diferentes demandas, conquistas e desafios das ondas anteriores, trazendo novas discussões e o amadurecimento de diferentes perspectivas dentro do movimento. Ao apresentar as três

ondas do feminismo, não se busca reduzir ou indicar uma suposta unidade entre as reivindicações feministas, até porque a presença dos conflitos de pautas entre as mulheres sempre esteve presente no feminismo. Portanto, a separação em “ondas” é utilizada meramente para fins didáticos, analíticos e cronológicos.

### 3.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA: A LUTA POR DIREITOS

Antes de abordar a primeira onda do movimento feminista, torna-se importante descrever brevemente sobre as raízes das primeiras lutas organizadas por e para mulheres. Assim, nos direcionamos para França, no século XVIII, mais especificamente no ano de 1789. O cenário era de Revolução, que deu início a mudanças profundas na sociedade, na economia e na política francesa. Com a queda do absolutismo, com o enfraquecimento da monarquia e da Igreja, o Iluminismo ganhou força. Um dos resultados das ideias iluministas, foi a “Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão”, que prometia uma nova perspectiva para o futuro do país e dos cidadãos. Nessa perspectiva, todos os “homens” eram iguais aos olhos da lei. Aqui, a categoria “homem” era entendida como universal a todos os seres humanos. Portanto, os direitos sociais, econômicos e políticos descritos no documento, deveriam ser assegurados igualmente, a homens e mulheres. (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Esse documento foi um despertar para as mulheres de sua época. Mesmo participando ativamente da Revolução, as mulheres logo perceberam que não estavam incluídas nessa universalidade, considerando que o princípio da "liberdade, igualdade, fraternidade" era muito específico e exclusivo para homens. Esse cenário impulsionou as mulheres a refletirem e questionarem sobre as suas condições dentro da sociedade, bem como a reivindicar os mesmos direitos assegurados aos homens (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). É no final do século XVIII que as raízes das primeiras lutas protagonizadas por e para mulheres começaram a se desenvolver na Europa e nos Estados Unidos, tendo como alicerce as ideias iluministas e as transformações decorrentes das Revoluções Francesa e Americana (VÁSQUEZ, 2014). Mas é somente no século seguinte, que o feminismo começa a se organizar e se estruturar enquanto um movimento social, filosófico e político, alcançando também vários países da América Latina. É nesse cenário que também surgem diferentes perspectivas de mulheres e os conflitos de pautas no feminismo.

Em meados do século XIX até o início do século XX, surge uma das

primeiras vertentes do movimento feminista, a chamada “primeira onda do feminismo”. Nesse primeiro momento, o feminismo estava direcionado para a igualdade de direitos sociais, civis, políticos e econômicos (VÁSQUEZ, 2014), tendo seu ápice com o movimento das sufragistas ou das *suffragettes*, iniciado na Inglaterra. A principal reivindicação era o direito das mulheres ao voto (PINTO, 2010), mas também reivindicavam direitos relacionados as esferas reprodutivas e familiar, como a questão do aborto, casamento e divórcio (BRASIL; COSTA, 2018).

Acompanhando a tendência ocorrida nos países europeus e nos Estados Unidos, o movimento feminista alcançou vários países latino-americanos logo na primeira metade do século XIX, como o Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica (COSTA, 2013). Destaca-se a repercussão do movimento das operárias anarquistas no Brasil, na busca por direitos trabalhistas (PINTO, 2010) como os relacionados à remuneração, condições de higiene e saúde no trabalho industrial, bem como o enfrentamento de discriminações e abusos as quais estavam submetidas nas fábricas, considerando que cada vez mais, as mulheres estavam ocupando espaços que até então eram reservados somente aos homens (COSTA, 2005). Nessa época, as reivindicações também incluíam os direitos de mulheres mães, como a criação da licença maternidade (VÁSQUEZ, 2014).

Apesar da primeira onda ser marcada por grandes manifestações e atos de rebelião como a destruição de propriedades e greves de fome, que resultaram em várias mulheres aprisionadas ou até mesmo no sacrifício da própria vida em prol da luta feminista (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021), o feminismo perdeu força a partir de 1930. Com a conquista do voto feminino alcançada em vários países latino-americanos, obtida em 1932 no Brasil, observa-se que o movimento brasileiro declinou e adentrou num processo de desarticulação, assim como a grande maioria dos países da América Latina, ainda acompanhando a tendência dos Estados Unidos e Europa. O feminismo somente ganhou visibilidade e força novamente na década de 1960 (PINTO, 2010).

Entretanto, nesse período de menor visibilidade, que foi de 1930 até 1960, não podemos sugerir que as mulheres ficaram ausentes da vida política e pública. Elas estavam envolvidas com movimentos políticos mais amplos, como por exemplo as organizações de mulheres brasileiras associadas ao Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada em 1935 e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945. Em toda a América Latina, as mulheres foram protagonistas de lutas por demandas sociais e políticas, tendo amplo poder de articulação e mobilização feminina, passando a se organizar e ocupar espaços que também alcançaram outras mulheres, como os clubes de mães e

associações de bairros (COSTA, 2005).

Maxine Molyneux também aponta que as mulheres passaram a se dedicar ao trabalho voluntário e ações de caridade social, o que era considerado como uma “extensão natural de seus papéis familiares” (MOLYNEUX, 2003, p. 84), lhes conferindo um espaço importante na prestação do bem estar e da legislação social. Aqui, não podemos deixar de lembrar a participação de ativistas feministas, mulheres brancas, de classe média e alta, como figuras importantes para a garantia das medidas de higiene social e eugenia. Assim, as mulheres estavam envolvidas com ações voltadas à saúde materno-infantil, segregação racial, controle e “melhoramento” da raça humana, com o objetivo de recolocar a família branca no centro, seguindo o projeto de construção de uma nação estável e moderna.

Ao mesmo tempo em que se envolviam nos projetos de progresso e evolução racial, o corpo feminino foi se convertendo em objeto de regulação estatal, e como salienta Molyneux: “en parte gracias a sus propios esfuerzos y reivindicaciones” (MOLYNEUX, 2003, p.84). Assim, a fertilidade, sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres tornaram-se recursos cruciais para a construção da nação, portanto, precisavam ser protegidas legalmente. A maioria dos países latino-americanos aprovaram a licença maternidade, o salário-maternidade e o acesso ao parto gratuito e foram criadas leis e estatutos específicos para crianças e adolescentes, centros de saúde e de proteção para mães, bem como para o cuidado infantil. No Brasil, a partir de 1960, a maternidade e a infância tornaram-se pautas de políticas públicas, adotando o parto hospitalar e as consultas pré-natais como medidas preventivas e rotineiras (SCHEFFER *et al.*, 2023). Observa-se que a busca por direitos se direcionou intensamente à garantia da família, da maternidade e das crianças (BRASIL; COSTA, 2018; MOLYNEUX, 2003).

Desta forma, observa-se que na primeira onda, a maternidade foi entendida e encenada apenas no campo jurídico, enquanto um direito social e individual (SCHEFFER *et al.*, 2023). Embora as demandas abranjam direitos relacionados à maternidade, como os direitos trabalhistas específicos para mulheres mães, percebe-se a ausência de discussões e questionamentos sobre os aspectos históricos, sociais e culturais que envolvem a maternidade. Nesse sentido, podemos observar que o movimento adotou uma postura “maternalista”, onde a ideia de mulher-mãe era tão naturalizada e enraizada na sociedade, que foi dispensada de problematizações (VÁSQUEZ, 2014).

Na época, as associações entre essência feminina, afetividade, felicidade e maternidade circulavam “a todo vapor” no imaginário social, enquanto uma padronização

do que é ser mulher e qual seu papel dentro da sociedade. É importante ressaltar que tais ideias foram muito bem articuladas por explicações morais, religiosas e científicas (VÁSQUEZ, 2014). Segundo Molyneux, a ampla disseminação dessas ideias na época moldou a forma como a questão da diferença em relação aos direitos, às políticas sociais e à participação política das mulheres foi encenada:

El feminismo se desarrolló en un contexto cultural que en muchos sentidos era hostil a la igualdad de género. Las ideas de la diferencia de género estaban muy arraigadas en el catolicismo, el cual otorgaba significado simbólico a las construcciones maternalistas de la feminidad y defendía la existencia de esferas separadas para hombres y mujeres. Aunque la orientación laica y modernista de los liberales progresistas les llevó a apoyar algunas mejoras en los derechos de la mujer y a oponerse a la autoridad de la Iglesia en cuestiones matrimoniales, defendían las explicaciones científicas contemporáneas de los roles de género según las cuales éstos se fundaban en diferencias biológicas (MOLYNEUX, 2003, p. 78).

Nesse sentido, apesar de ser considerado um movimento com bases modernistas e liberais, nota-se que ainda cultivava raízes de cunho conservador. Costa (2005) define o feminismo de primeira onda como um “feminismo bem-comportado”, que não arriscou questionar a divisão sexual dos papéis de gênero, e mesmo reconhecendo as discriminações e violências as quais as mulheres estavam submetidas pelo fato de serem mulheres, houve até mesmo um reforço dessas representações sociais como justificativa para suas demandas. Molyneux descreve bem esse cenário no contexto latino-americano:

(...) como han mostrado las historiadoras del feminismo latinoamericano, las mujeres aprendieron no tanto a imprugnar cuanto a esgrimir el lenguaje de la diferencia en maneras que desestabilizaban las oposiciones binarias tradicionales que las inhabilitaban para ejercer la plena ciudadanía. Utilizaban las ideas de las virtudes domésticas y maternas como base para el activismo y para crear vínculos de solidaridad femenina. Como habían hecho sus antepasadas un siglo antes, durante las guerras republicanas, sacaron estas <<virtudes femeninas>> del hogar y las llevaron al espacio público, exigiendo que se reconociesen como servicio a la nación. Las ideas de la superioridad moral y el altruismo de la mujer fueron utilizadas por las defensoras del sufragio femenino para hacer un llamamiento en favor de una remoralización de la esfera política mediante el ingreso de las mujeres en este territorio hasta entonces masculino. Las mujeres aceptaron, pues, el

principio de la diferencia sexual, pero lo rechazaron como fundamento para la discriminación injustificada. Las líderes de los movimientos de mujeres criticaron su tratamiento ante la ley e impugnaron los términos de su exclusión social y política, pero lo hicieron en formas que reconocían la importancia de su papel en la familia, un argumento que fue esgrimido tanto por las feministas como por los estados, aunque con fines distintos (MOLYNEUX, 2003, p. 79).

Dessa maneira, verifica-se que ao longo do século XIX e início do século XX, nas sociedades ocidentais modernas, a mulher foi posicionada no centro das políticas públicas, especialmente as mulheres mães. Meyer (2005) indica um processo de “politização da maternidade”, tendo em vista que a discursividade elaborada e difundida pelo Estado e pelos meios de comunicação, não mediam esforços para os investimentos educativos-assistenciais de saúde e cuidado materno-infantil. O discurso, incorporado também pelas feministas maternalistas, enaltecia a figura da mãe cuidadosa, aquela que se responsabiliza pelos cuidados dos filhos, de si mesma e, ao mesmo tempo, se democratiza e se envolve com o meio público e político.

Para concluir, é importante ressaltar que esse processo de politização, não coincide com a concepção de que “todos são iguais perante a lei” ou no sentido da valorização do ser mulher, enquanto sujeito de direitos. Pelo contrário, há uma nítida tendência do enaltecimento do corpo feminino, suas especificidades e as funções maternas (VASQUÉZ, 2014). E como descreve Molyneux (2003), apesar da progressiva incorporação das mulheres no meio político, o que aconteceu foi uma incorporação muito seletiva, que acontecia de acordo com os projetos do Estado, seus interesses e objetivos.

### 3.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA: CONTESTANDO A EQUAÇÃO MULHER = MÃE

A segunda onda do feminismo surgiu num contexto de pós-segunda guerra mundial, onde projetos de industrialização e de urbanização se desenvolviam intensamente, e conseqüentemente, acontecia cada vez mais a inserção de mulheres no mercado de trabalho. Assim, surgiram novas demandas e reivindicações das mulheres, que foram emergindo paralelamente às particularidades do contexto social no qual se desenrolou essa nova vertente (SCAVONE, 2001). Segundo Vásquez (2014), pode-se considerar que o movimento feminista foi um dos movimentos sociais que mais marcaram a história do século XX, pois as reivindicações das mulheres abriram espaço para revelar as

várias tensões existentes na época, gerando impulsos para a transformação de diferentes segmentos da sociedade.

É consenso entre várias autoras, que a obra *O segundo sexo* (1949), escrita pela filósofa francesa Simone de Beauvoir, foi um marco fundamental para o desenrolar do feminismo de segunda onda (PINTO, 2010; SCAVONE, 2001; VÁSQUEZ, 2014). Discutir sobre a condição feminina nas sociedades patriarcais, abordando questões como a sexualidade, contracepção, aborto e maternidade, significou uma afronta as forças conservadoras que defendiam com vigor os discursos centrados na família, na moral e nos bons costumes. Em seu texto, Beauvoir contestou veementemente o determinismo biológico e a imposição desse destino único, divino e natural das mulheres: o destino de ser mulher, esposa e mãe. Suas ideias marcaram a transição do feminismo igualitarista para o feminismo centrado na mulher-sujeito, além de embasar a politização das questões privadas (SCAVONE, 2001).

Assim, o movimento que até então, estava inclinado para a cidadania e para os direitos civis, se direciona para um feminismo centrado no ser mulher e nas condições sociais no qual as mulheres foram confinadas historicamente, trazendo a tona questões que permaneceram limitadas no âmbito privado (do lar e do meio familiar) durante séculos, para então discutir e politizar essas questões no âmbito público e de maneira coletiva. Deste modo, o feminismo ressurgiu a partir dos anos 1960 como um movimento libertário de importante alcance internacional, que defendia a liberdade e autonomia das mulheres acerca de sua própria vida e de seu corpo. E pela primeira vez, as relações de poder e dominação entre homens e mulheres é questionada (PINTO, 2010).

De acordo com Sardenberg (2018), o movimento de segunda onda ressurgiu nos Estados Unidos, como um movimento voltado à conscientização e reflexão política acerca da situação das mulheres e sua subordinação na sociedade, que buscava o planejamento de ações coletivas para o desmonte da dominação patriarcal. Esse movimento se consolidou a partir dos grupos de conscientização formados por “feministas radicais”, que se reuniam para trocar e discutir experiências relacionadas à sexualidade, maternidade, relações afetivas e familiares, trabalho, dentre outras questões pertinentes ao “ser mulher”. Nesses grupos, as mulheres constataram que nas diversas formas de relacionamentos e em várias situações do cotidiano, se viam em desvantagem quando comparadas com os homens.

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres

constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias. As relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo ‘naturais’, mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas, passíveis de transformação (SARDENBERG, 2018, p. 16).

A maternidade aparece como pauta central das análises e críticas feministas do século XX. Gestar, parir, amamentar, cuidar das crianças e do lar, confinava a mulher ao espaço privado e à dominação masculina. Consequentemente, as excluía da vida pública, já que as funções externas ao lar, eram atribuídas e dominadas por homens. É a partir dessa perspectiva, que a maternidade passa a ser compreendida e problematizada como uma construção social, que designava de maneira bem específica o papel e o lugar das mulheres na família e na sociedade. Nessa perspectiva, Scavone (2001) destaca que as discussões acerca da maternidade atravessaram por três momentos significativos durante a segunda onda do feminismo, considerando que esta temática se tornou um eixo central para discutir as escancaradas desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres.

Primeiramente, a luta das mulheres foi direcionada para a recusa e à livre escolha da maternidade. As feministas passaram a defender a ideia de que a maternidade se caracterizava como um “defeito natural”, portanto, o primeiro caminho foi recusá-la. Assim, as mulheres poderiam subverter a subordinação a qual estavam confinadas. Para efetivar esta recusa, as mulheres conquistaram alguns direitos como a descriminalização do aborto e o acesso livre e gratuito a pílulas contraceptivas, tais direitos políticos foram conquistados principalmente em países europeus e nos Estados Unidos (SCAVONE, 2001). Vásquez (2004) destaca que esse momento inicial foi fundamental para a luta identitária feminina, no sentido de possibilitar a ampliação e transformação das representações atribuídas à maternidade, bem como direcionar as mulheres na busca de conhecimento e reconhecimento de suas múltiplas potencialidades femininas para além da maternidade. Assim, rompeu-se a ideia de que a mulher era definida apenas pelo gestar, parir, cuidar e criar. A identidade feminina toma novos rumos, ainda que em constante

(re)construção, mas de maneira mais ampla e aberta a novas perspectivas.

Após esse período, surge um novo momento nas relações feminismo-maternidade. Aqui, o movimento feminista inicia um diálogo mais profundo com as ciências sociais e humanas, como a Antropologia e Psicologia, refletindo na nova abordagem atribuída a maternidade. Nesta fase, há um resgate do reconhecimento da maternidade enquanto parte da identidade feminina, principalmente enquanto uma potencialidade das mulheres. A maternidade passa a ser compreendida como um poder biopsíquicosocial insubstituível, no qual somente as mulheres o possuíam, causando certa inveja nos homens. Além disso, há uma recuperação do saber feminino associado à maternidade, bem como a valorização do protagonismo feminino na gestação (SCAVONE, 2001).

Em um terceiro momento, ocorre uma articulação entre as duas correntes do feminismo descritas anteriormente, situadas no feminismo igualitário e no feminismo diferencialista. Nesse período, as feministas evidenciaram que as relações de poder e dominação entre homens e mulheres, somente podem ser explicadas a partir da perspectiva social, considerando as interpretações, significações e discursos sociais, e as manifestações culturais atribuídas à maternidade. Indo além do limbo da radical recusa da maternidade e da valorização do poder feminino, essa nova abordagem enfatizou a necessidade de considerar a paternidade, o protagonismo do homem e da mulher na criação dos filhos, se desejarem tê-los (SCAVONE, 2001; VÁSQUEZ, 2004).

Concluimos que o movimento feminista não se mostrou homogêneo com relação a maternidade. Se num primeiro momento a maternidade era naturalizada pelas próprias feministas, que adotavam posturas bastante maternalistas, na chamada segunda onda a maternidade foi descrita como principal forma de dominação. Durante a segunda onda do feminismo, o chamado feminismo radical, apenas se preocupou em denunciar a maternidade e tal prática acabou por afastar o movimento do cotidiano da maioria das mulheres. Contudo, uma espécie de conciliação entre o feminismo e a maternidade foi selada a partir dos anos de 1970 com a tentativa da valorização da diferença, ou seja, a maternidade é uma fonte de poder exclusivamente feminino. Para além do debate sobre a maternidade, o movimento feminista entra no linear no século XXI com uma nova roupagem, que extrapola a ideia de diferença e, almeja defender um novo mundo onde os limites do gênero não sejam determinantes, discriminadores e muito menos excludentes. Desta forma, acredita-se que a maternidade, pensada à

luz desta nova concepção possa ser analisada como uma experiência ética plural. Nem negada, nem idealizada, a maternidade tem sido e deve ser pensada a partir das múltiplas realidades históricas, sociais e culturais das mulheres e homens. Vista assim ela se torna também um dos elementos constituintes das relações de poder formadoras da sociedade (VÁSQUEZ, 2004, p. 179).

Nesse sentido, a partir da introdução do conceito de gênero nas discussões feministas contemporâneas, a maternidade pode ser abordada e analisada em diferentes perspectivas, de maneira mais ampla e profunda. De maneira geral, é possível afirmar que o feminismo, em suas diferentes vertentes, contribuiu para o amadurecimento da discussão da maternidade dentro e fora do ambiente familiar, considerando sua construção social, histórica, cultural e política, que refletia as relações de poder e dominação entre os gêneros. Vásquez (2004) ressalta que inclusive foi possível repensar e revolucionar a própria categoria de gênero, até então ancorada exclusivamente na ideia da diferença, com papéis e categorias analíticas fixas.

### 3.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA: NÓS TAMBÉM EXISTIMOS!

Em *Quem tem medo do feminismo negro?*, a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018) aponta que a terceira onda do feminismo iniciou-se na década de 1990, onde a questão da micropolítica ganhou força para discutir as questões e problemáticas estabelecidas nas ondas anteriores. As críticas feministas desse período buscaram questionar o discurso universal e essencialista do que é ser mulher nas sociedades patriarcais, sexistas e racistas, considerando que as representações políticas adotadas anteriormente pelo movimento, eram baseadas em experiências muito específicas a uma parcela das mulheres, sendo estas, mulheres brancas pertencentes à classe média e alta.

Assim, as feministas buscaram evidenciar o quanto os discursos e reivindicações anteriores eram excludentes, necessitando discutir gênero a partir de um olhar mais abrangente, que também considerasse as particularidades de cada mulher e as diferentes formas de opressão, como as relacionadas a questões de raça, classe e sexualidade. Além disso, a binaridade de gênero também é colocada em debate, no sentido de desconstruir essas teorias e representações limitadas sobre masculino/feminino, tendo como um dos grandes marcos teóricos as discussões abordadas por Judith Butler em *Problemas de gênero*, publicado originalmente em 1990 (RIBEIRO, 2018).

O reconhecimento das diferenças, das múltiplas experiências e da diversidade de identidades e demandas femininas é colocado em foco, levantando discussões sobre homossexualidade, lesbianismo e transexualidade, por exemplo (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). Nesse sentido, observa-se que a terceira onda se consolidou como uma tentativa de preencher as lacunas estabelecidas ao longo das ondas anteriores. Essa nova fase do feminismo, protagonizada por mulheres não brancas causou uma “desestabilização dos cânones do feminismo Ocidental” (MAIZZA, 2017, p.118), sendo importante para o desenvolvimento e fortalecimento de outras perspectivas feministas, como as desenvolvidas pelo feminismo negro e pela perspectiva da interseccionalidade.

Segundo bell hooks (2018), as mulheres negras sempre estiveram presentes no movimento feminista, e juntamente com elas, a presença do conflito de pautas. Desde a primeira onda do feminismo, mulheres brancas de classes privilegiadas conseguiram manter suas preocupações e necessidades como foco central do feminismo. Elas tinham mais visibilidade, recebiam a atenção pública e o apoio da mídia de massa, e deste modo, as mulheres negras eram colocadas como minoria. As demandas das mulheres negras não eram de interesse para as mulheres brancas, muito menos para as divulgações das grandes mídias. Assim, a presença das mulheres negras sempre foi invisibilizada dentro do feminismo.

Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas. Elas conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém. Havia conflitos entre elas e suas companheiras privilegiadas sobre comportamento apropriado, sobre questões que seriam apresentadas como preocupações feministas fundamentais (hooks, 2018, p. 53).

No capítulo *Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres*, que integra o livro *Mulheres, Raça e Classe*, escrito por Angela Yvonne Davis (2016), que foi publicado originalmente em 1981 nos Estados Unidos, a autora realiza um resgate histórico do legado de mulheres negras pioneiras na luta pelos direitos das mulheres no século XIX, como a trajetória de Sojourner Truth, que foi uma mulher negra,

ex-escravizada e ativista pelos direitos das mulheres e pessoas negras. A presença e os discursos pronunciados por Sojourner em encontros pelos direitos das mulheres se tornaram um grande marco para o movimento de mulheres do século XIX. A partir da Convenção dos Direitos da Mulher, que aconteceu no ano de 1851, em Akron, Ohio, a presença de Truth deixou de ser invisível.

Neste encontro, a principal pauta em discussão era o direito ao sufrágio feminino. Sojourner Truth era a única mulher negra participante daquele encontro, sendo também a única mulher que teve a iniciativa e a coragem de rebater os argumentos promovidos por homens que se opunham ao evento. Os agitadores, argumentavam com zombaria e provocação, que as mulheres não conseguiam realizar tarefas básicas sem a ajuda de um homem, como por exemplo pular uma poça de água ou subir em uma carruagem, e que, portanto, o desejo delas pelo direito ao voto seria um absurdo. “Não sou eu uma mulher?” foi o questionamento contundente lançado várias vezes por Sojourner ao longo de seu discurso, para dismantelar os argumentos sobre a suposta fragilidade, fraqueza e carência intelectual das mulheres (DAVIS, 2016). O discurso na íntegra, está presente na biografia de Sojourner, escrita por Olive Gilbert:

Bem, filhos, onde há muita confusão deve haver alguma coisa fora da ordem. Eu acho que aquela mistura de *niggers* do sul com as mulheres do norte, todos falando sobre direitos, os homens brancos vão ficar em apuros logo. Mas sobre o que todos aqui estão falando? Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças e terem os melhores assentos em qualquer lugar. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [*E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular*] Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo comida - e também aguentar o chicote! E eu não sou uma mulher? Eu carreguei treze filhos, e vi a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher? Então eles ficam falando sobre essa coisa na cabeça; como é que chamam mesmo? [*“Intelecto”, sussurrou alguém por perto*] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se meu copo só comporta meio galão, e o seu comporta um galão, não seria maldade sua não deixar eu encher minha meia-medida? [*Ela apontou seu indicador e lançou*

*um olhar penetrante para o ministro que havia apresentado tal argumento. Os aplausos foram longos e ruidosos.]* Aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, “porque Cristo não era uma mulher!”. De onde vem o seu Cristo? Vem de Deus e de uma mulher! Homens não têm nada a ver com Ele! [...] Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o suficiente para virar sozinha o mundo de cabeça para baixo, estas mulheres juntas [*e contemplou a plateia*] devem ser capazes de trazê-lo de volta, e colocá-lo na posição certa novamente! E agora elas estão pedindo para fazer isso, é melhor os homens deixarem. [*Um longo e celebratório aplauso foi a resposta.*] Obrigada por me ouvirem. Agora a velha Sojourner Truth não tem mais nada a dizer (OLIVE, 2020, p. 19).

De maneira irrefutável, a ativista questionou a universalidade da categoria mulher, demonstrando as articulações entre gênero, raça e classe. Além disso, “bateu de frente” com os argumentos de homens cristãos que defendiam que a supremacia masculina era um princípio religioso, apontando que se Cristo foi um homem, é porque ele veio ao mundo a partir de uma mulher. Além disso, a intelectual negra brasileira Carla Akotirene (2019), também aponta a questão da maternidade como destino biológico que foi questionada por Sojourner em seu discurso, considerando que a maioria de seus filhos foram vendidos e escravizados, e que, portanto, a maternidade lhe foi negada e impedida.

Além de colocar os desordeiros em seus devidos lugares, o discurso de Truth simbolizou também “uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra” (DAVIS, 2016, p. 74), considerando que além de enfrentarem a oposição dos homens, as mulheres negras também tinham que enfrentar a opressão e o silenciamento no interior dos movimentos das mulheres. Não eram poucas as ativistas, mulheres brancas em sua totalidade, envolvidas com a causa abolicionista e dos direitos civis das mulheres, que se diziam antirracistas mas ignoravam totalmente a condição e as demandas das mulheres negras.

Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não

era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar (DAVIS, 2016, p.74).

bell hooks (2014) uma ativista e escritora estadunidense negra, em “E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo”, seu primeiro livro publicado originalmente em 1981, aponta que apesar da presença de Truth ter sido evidenciada nas convenções de direitos das mulheres, todas as vezes que ela se pronunciou, as mulheres brancas protestaram. Segundo Davis (2016), as mulheres negras eram constantemente desencorajadas a ocuparem seus lugares de fala dentro do movimento de mulheres, mas a presença e os discursos de Truth se tornaram um lembrete constante de que as mulheres negras também estavam ali, que também existiam e que também eram sujeitas dignas de direitos, tanto quanto as mulheres brancas:

Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma exescrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar (DAVIS, 1981, p. 74).

Andréa Silva, destaca que Truth se tornou uma referência para pensarmos de onde surgiram tantas discussões sobre feminismo negro e interseccionalidade. Sua presença e suas palavras permitiram que o lugar e a identidade da mulher negra fossem ressignificados: “a mulher negra entra em cena como sujeito, disputando espaço e significados” (SILVA, 2023, p. 19). À margem do universal, a existência e a experiência de Truth, e de muitas outras mulheres negras antes dela, já nos ensinava muito sobre a universalização das categorias de gênero e sobre a estruturação histórica do patriarcado e do racismo.

Ao longo de *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis (2016) realiza um grande resgate histórico acerca do movimento negro e feminismo negro durante o período de escravidão e pós-abolição. A autora demonstra de modo exemplar como as intersecções entre gênero, raça e classe operam de maneira simultânea, impondo barreiras sistemáticas para a emancipação das mulheres negras. A autora destaca que as lutas e as reivindicações levantadas pelo feminismo negro não podem ser dissociadas de uma análise histórica do processo escravista, considerando que as experiências e barreiras enfrentadas por mulheres negras ainda na atualidade, representam uma herança do período colonial.

Segundo Davis (2016), o sistema escravista definia a população negra como propriedade, onde mulheres negras e homens negros eram desprovidos da condição humana e eram lidos como fontes rentáveis de trabalho e lucro. Quanto às mulheres negras, sua condição era regida pela conveniência da classe proprietária de escravizados. Quando desprovidas da sua condição de gênero, essas mulheres eram vistas como instrumentos de garantia à ampliação da força e da produtividade do trabalho agrícola escravo, onde trabalhavam lado a lado com os homens negros, em longas jornadas de trabalho pesado nas lavouras, nas minas de carvão ou nas fundições de ferro, além de estarem vulneráveis às formas atrozes de castigos e punições como os açoitamentos e mutilações. Essas mulheres também foram utilizadas como substitutas de animais para puxar cargas pesadas, como vagões.

Entretanto, quando as condições de “feminilidade” das mulheres negras eram lucrativas, elas eram exploradas, violentadas e abusadas de maneira diferente. O estupro era utilizado como uma ferramenta institucionalizada de repressão e dominação, para aterrorizar as mulheres negras e aniquilar suas formas de resistência, no intuito de desmoralizá-las, desumanizá-las e as colocá-las em seu devido lugar. Apesar da alta incidência de abusos sexuais, essa questão ganhou pouca relevância nas discussões da literatura tradicional sobre o período escravista (DAVIS, 2016).

Angela Davis (2016) ainda ressalta que dentro do movimento abolicionista, as mulheres brancas encaravam essa brutalidade com indignação, mas como salienta bell hooks, a oposição dessas mulheres contra a escravização se dava apenas para diminuir o sentimento de vergonha que carregavam pelos atos de “promiscuidade” e “adultério” cometidos por seus maridos. As denúncias sobre os abusos sexuais tinham unicamente o objetivo de “por um fim ao contato sexual entre os homens brancos e as mulheres negras escravizadas” (hooks, 2014, p. 22). As mulheres brancas não estavam preocupadas em

demonstrar solidariedade às mulheres negras e denunciar a violação, pelo contrário, elas queriam salvar as almas pecadoras de seus maridos da imoralidade sexual.

Com a abolição internacional do tráfico de mão de obra escravizada e com a expansão industrial do algodão, a capacidade reprodutiva das mulheres negras passou a ser utilizada como uma forma de garantir que a população negra continuasse sendo escravizada. Entretanto, as mulheres que tinham uma avaliação positiva no negócio da reprodução, não tinham uma condição mais respeitável em comparação às trabalhadoras das lavouras ou do ambiente doméstico. Ainda que a função materna tenha sido amplamente difundida enquanto ideologia no século XIX, as mulheres negras não eram consideradas como mães. Como salienta Davis, tendo suas maternidades negadas, às mulheres negras eram vistas como uma máquina reprodutora:

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p.25).

Davis (2016) ressalta que mesmo no período da gestação, essas mulheres não eram isentadas do trabalho usual nas lavouras, enfrentando a mesma jornada pesada das mulheres não grávidas. Tampouco eram isentadas das punições, já que poderiam ser açoitadas deitadas em buracos feitos para que seus corpos e barrigas ali coubessem. O trabalho pesado também era estendido ao pós-parto, onde as mulheres com bebês de colo tinham a opção de deixarem seus bebês deitados próximos ao local que trabalhavam ou poderiam trabalhar normalmente com os bebês presos às suas costas, onde trapos de lençóis eram usados como uma espécie de mochila para bebês.

Já as mulheres que deixavam seus bebês com outras pessoas impossibilitadas de realizar o trabalho na lavoura, como outras crianças ou escravizadas mais velhas, além de enfrentarem o processo de separação entre mãe-bebê, tinham de enfrentar também a dor intensa e inchaço nas mamas, resultante da não possibilidade da

amamentação. Independentemente da idade da criança, como essas mulheres não tinham direitos legais sobre elas, elas não permaneciam muito tempo sob suas guardas, sendo levadas para longe dessas mulheres e posteriormente vendidas, pois também eram rentáveis ao sistema escravista (DAVIS, 2016).

Deste modo, Davis destaca que o trabalho compulsório e as condições sistemáticas de opressão e desumanização impostas pela escravidão e colonialismo, ofuscaram todos os processos de existência e resistência das mulheres negras. Diferente das mulheres brancas, que reivindicavam o direito de ocupar o espaço público e trabalhar fora do lar, as mulheres negras sempre trabalharam em tempo integral sem condições mínimas de humanização, muito menos de direitos trabalhistas. Diferente das mulheres brancas, que buscavam se desvincular dos papéis de gênero que eram impostos na sociedade, tal como a figura da mulher mãe, protetora, esposa e dona de casa, as mulheres negras nunca foram vistas como femininas ou como o “sexo frágil”, raramente podiam se dedicar às suas crianças ou companheiros. Diferente das mulheres brancas que realizavam o trabalho não remunerado dentro de suas casas, mas tinham uma segurança econômica, as mulheres negras, assim como seus companheiros, elas também tinham a responsabilidade de garantir o sustento de sua família. Assim, as mulheres negras representavam um desvio aos padrões de feminilidade difundidos no século XIX, bem como um descaminho para os padrões da família branca patriarcal:

Quando as tentativas pré-Guerra Civil de estabelecer o sistema fabril nos Estados Unidos deram espaço a uma aposta agressiva na industrialização, a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres brancas. As fábricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais

hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 29).

Ao resgatar as origens do feminismo negro e as caminhadas de suas pioneiras, é importante resgatar também o contexto histórico, social e político da época em que as primeiras organizações e iniciativas foram levadas a frente por mulheres negras, sendo um contexto extremamente violento, segredo e racista. Segundo Falquet (2018), esse era o cenário enfrentado pelo Coletivo Combahee River, quando foi fundado em 1974, em Boston, época onde a segregação racial e econômica chegava ao seu auge nos EUA. O Coletivo, foi uma organização feminista negra, que teve sua formação iniciada a partir da iniciativa de Barbara Smith, que após participar do primeiro encontro da *National Black Feminist Organization* (NBFO), ocorrido no final de 1973 em Nova York, em conjunto com Demita Frazier, sugeriu organizar uma conferência em Boston, no início de 1974. Este acontecimento foi decisivo para a fundação do Coletivo, que se tornou um importante grupo formado por ativistas e intelectuais negras, majoritariamente lésbicas, com o objetivo de discutir, refletir e organizar a produção teórica, política e prática do feminismo negro (FALQUET, 2018).

O nome escolhido, *Combahee River*, é um resgate simbólico das lutas abolicionistas enfrentadas pelas mulheres negras e homens negros nos EUA, dando destaque também ao acontecimento histórico da única operação militar liderada por uma mulher na história dos EUA, uma operação conduzida ao longo do rio Combahee. A operação foi liderada por Harriet Tubman em 1863, uma mulher negra que fugiu da escravidão e lutou na liberação de mais de 750 escravos na Carolina do Sul. Entre encontros, reuniões e os chamados “retiros de feministas negras” que eram realizados pelo Coletivo Combahee River, resultou um documento histórico para o feminismo negro estaduniese, sendo também uma grande influência para feministas negras a nível internacional (FALQUET, 2018).

O Manifesto do Coletivo Combahee River, originalmente intitulado *The Combahee River Collective Statement*, publicado em 1977 e traduzido recentemente para o português, por Stefania Pereira e Letícia Gomes (2019), representa um legado histórico e político do feminismo negro. Destaca-se que uma das principais contribuições teóricas e políticas desempenhadas pelo Coletivo, foi evidenciar a importância de reconhecer e pensar a simultaneidade das opressões, considerando a imbricação das relações sociais

de gênero, raça, classe e sexualidade (FALQUET, 2018). Essa reivindicação foi descrita logo no início do documento:

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam (COMBAHEE RIVER, 2019, p. 196).

Audre Lorde (1984), que foi uma das integrantes do Coletivo Combahee River (FALQUET, 2018), aborda como o processo histórico de opressão sistemática contra a população negra, acarretou na interiorização de um papel social considerado desviante, errado e dispensável ao modelo hegemônico branco ocidental, levando pessoas negras a ocuparem esse não lugar, o lugar do outro, desumano e inferior. A partir de uma análise sobre gênero, raça e racismo, Grada Kilomba afirma que tal opressão é ainda mais sistemática quando olhamos para as mulheres negras e suas especificidades, tornando essa posição de outridade ainda mais complexa e violenta:

Mulheres *negras*, por não serem nem *brancas* nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia *branca*. Nós representamos um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla, pois somos a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. Nesse esquema, a mulher *negra* só pode ser a/o “Outra/o” e nunca o eu [...] As mulheres *brancas* têm um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens *brancos* porque elas são *brancas* mas não são homens. Os homens *negros* servem como oponentes para os homens *brancos*, bem como competidores em potencial por mulheres *brancas*, porque são homens, mas não são *brancos*. As mulheres *negras*, no entanto, não são *brancas* nem homens e servem, assim, como a “Outra” da alteridade (KILOMBA, 2019, p. 196).

Para Jurema Werneck (2010), as mulheres negras são impossibilitadas de serem reconhecidas enquanto sujeitos, afirmando que a mulher negra não existe. É a partir

da negação de sua existência e humanidade, do enfrentamento histórico de condições adversas e do enfrentamento da violência do aniquilamento, do genocídio e epistemicídio do pensamento afrodiaspórico, que são impostos pela dominação ocidental eurocêntrica, racista e heterossexista, que as mulheres negras se constituem enquanto sujeitos identitários e políticos. As diversas identidades e formas de resistência agenciadas pelas mulheres negras são frutos de uma articulação de heterogeneidades, considerando a diversidade de demandas históricas, políticas e culturais emergentes ao longo “dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos” (WERNECK, 2010, p. 10).

Patricia Hill Collins (2016) apresenta a categoria *outsider within*, que pode ser compreendida como “forasteira de dentro”, se referindo à posição social de marginalidade que as mulheres negras ocupam na sociedade. Como exemplo dessa categoria, a autora escreve sobre as trabalhadoras domésticas negras, que apesar de participarem do interior do núcleo familiar branco, tendo uma relação de *insider*, de ser um membro honorário ou quase da família, essas mulheres sempre foram colocadas à margem, num locus fronteiro. Ao vivenciarem a delimitação desse lugar e ao perceberem que são aceitas apenas em condições específicas, elas compreenderam que jamais pertenceriam àquela família branca, tendo a compreensão de que o status de poder e superioridade ocupado por homens brancos somente poderia ser justificado a partir de questões de raça, classe e gênero.

Nesse sentido, ao abordar essa posição social, Collins não limita esta perspectiva como uma questão identitária, explanando a percepção ao modo como as mulheres negras, ao longo de gerações, têm utilizado essa marginalidade como uma possibilidade criativa e estratégica para (re)pensar e (re)produzir diferentes perspectivas que confrontam os paradigmas hegemônicos. Ou seja, o pensamento feminista negro se desenvolve a partir desta perspectiva, considerando que a mulher negra dentro do movimento feminista sempre foi vista e tratada como “uma de fora”, ocupando esse lugar de forasteira de dentro. É a partir da autopercepção, da autoavaliação, da compreensão da simultaneidade das opressões e da maneira que criam, recriam e transmitem esses saberes a partir de uma cultura de mulheres negras, que as feministas negras realizam leituras específicas sobre e para si:

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas

premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras [...] Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. [...] Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (COLLINS, 2016, p. 101).

Os sistemas patriarcal, racista e heteronormativo operam de maneira articulada, portanto, não reconhecer a existência das múltiplas opressões e o modo como as diferenças de raça, classe, sexualidade e idade atravessam cotidianamente a vida de mulheres negras, pobres e de Terceiro Mundo cria uma profunda lacuna, enfraquecendo qualquer debate feminista (LORDE, 1984). Nesse sentido, o feminismo negro surge como uma crítica e denúncia ao feminismo branco, um movimento que desde sua fase inicial excluía totalmente as especificidades e as demandas das mulheres negras.

Apesar de mulheres negras e brancas compartilharem da questão de gênero e da luta contra o sexismo, existia e ainda existe uma forte resistência das feministas brancas em reconhecerem seus privilégios (RIBEIRO, 2018) e “verem mulheres negras como mulheres, e ainda assim, diferente delas” (LORDE, 1984, p.148). Nesse sentido, bell hooks (1981) destaca que apesar de serem vitimizadas pela opressão sexista, o imperialismo racial branco não impediu que as mulheres brancas também assumissem uma posição de opressora em relação as mulheres negras e homens negros. Dentro do movimento feminista não foi diferente, considerando que desde suas origens iniciais, as teorias e reivindicações feministas foram sustentadas e baseadas em fundações racistas.

Para Audre Lorde (1984), essa relutância das feministas brancas em

reconhecerem e compreenderem as mulheres negras em sua totalidade e complexidade, e a recusa das diferenças como potenciais de mudança e de ação política, impossibilita que a primeira lição patriarcal seja enfrentada. Grada Kilomba (2019) aborda a questão da falsa sororidade e culpabilidade entre mulheres no movimento feminista ocidental, que sugere a ideia de um conexão comum e universal a todas as mulheres, enquanto irmãs *Sisterhood*, sendo estas mulheres parte de um grupo coletivo resistindo as opressões de uma sociedade dominada por homens. Entretanto, a presunção simplista de colocar o gênero como foco único e central nos debates feministas, acaba por negligenciar inteiramente as experiências e vivências de mulheres negras, além de invisibilizar toda a história da escravização, do colonialismo e do racismo, no qual as mulheres brancas também tiveram sua parcela de poder e opressão.

É justamente nesse conflito, resultante da negação da branquitude e de seus privilégios, do não reconhecimento do racismo enquanto uma realidade estrutural e institucional e do não reconhecimento dos entrelaçamentos das múltiplas opressões, que as mulheres negras lançam críticas ao feminismo branco. Pensando sobre o silenciamento sistemático de mulheres negras dentro do movimento feminista, podemos resgatar a afirmativa de Grada Kilomba: “não escutar é uma estratégia que protege o *sujeito branco* de reconhecer o mundo subjetivo das pessoas *negras*” (KILOMBA, 2019, p. 122). Nesse sentido, não dar voz às mulheres negras e desconsiderar suas subjetividades, especificidades e vivências de racismo, também nos mostra as nuances das opressões de mulheres brancas em relação às mulheres negras.

Sueli Carneiro (2003), uma filósofa, intelectual, ativista, fundadora e diretora do *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, também aponta a forma como o movimento feminista manteve por um longo tempo, inúmeras vozes silenciadas e corpos aprisionados e estigmatizados na visão hegemônica e universalizante da experiência feminina branca. O silenciamento e a invisibilização de outras formas de opressão, que não se limitavam ao sexismo, fizeram emergir as denúncias das mulheres negras ao feminismo, revelando sua grande lacuna e insuficiência teórica e prática para abarcar as diferentes identidades e demandas de mulheres construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. A partir de uma perspectiva interseccional, a autora propõe a expressão “enegrecendo o feminismo”, para designar a condição específica das mulheres negras na sociedade brasileira e de suas trajetórias dentro do movimento, que resultaram na urgência da reelaboração de discursos teóricos e práticas políticas feministas.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Lélia Gonzalez foi uma antropóloga, filósofa, professora e ativista negra brasileira, sendo uma das pioneiras a tecer críticas contundentes ao feminismo branco ocidental, além de ser pioneira nas articulações das relações entre gênero, raça e classe, colocando como foco dos debates a realidade de exclusão imposta às mulheres negras e indígenas no contexto brasileiro. Lélia foi militante do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978, e foi fundadora do *Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras*, um grupo formado por mulheres negras, pobres e periféricas, criado em 1983 em prol das lutas contra o sexismo e o racismo. Gonzalez pontuava a importância dos contradiscursos e das contranarrativas, no sentido de descolonização do saber e de uma reivindicação de existência, como forma de romper os silêncios epistemológicos e de prática política que historicamente se fizeram presentes na trajetória intelectual, política e de vida das mulheres negras (GONZALEZ, 2020; RIBEIRO, 2018).

Desafiando as lógicas de dominação e domesticação da população negra, que a todo custo buscou silenciar e estigmatizar mulheres negras e homens negros, Gonzalez enfatiza que “estando na lata de lixo da sociedade brasileira” (GONZALEZ, 2020, p. 69), o ato de falar se torna um risco eminente, mas necessário. Nesse sentido, podemos estender essa perspectiva ao lugar designado as mulheres negras dentro do movimento feminista, ou melhor, o não lugar, o lugar da inexistência e do silêncio. Portanto, o ato de falar por e para si, tem sido uma estratégia de sobrevivência e resistência das mulheres negras na sociedade capitalista, sexista e racista na qual estão inseridas. Independente

das implicações, as mulheres negras assumiram suas próprias falas no feminismo negro, portanto, “o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 2020, p. 69).

O espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas quando é explicitada a superexploração da mulher negra muitas vezes se expressam de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é o que considera a nossa fala como sendo “emocional”. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo paternalista mais sutil é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão (GONZALEZ, 2020, p. 36).

Nesse sentido, a quebra de silêncios se tornou uma questão fundamental no feminismo negro, como bem descrito por Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara” (EVARISTO *apud* RIBEIRO, 2018, p. 13). Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez nos apresenta uma epígrafe que ilustra exatamente como o rompimento de silêncios é perturbador aos que utilizam da estratégia do não ouvir: “foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida [...] “Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba” (GONZALES, 1984, p. 223), ou seja, quando as vozes das mulheres negras ecoam, o cenário de caos e desordem se instaura.

Ribeiro (2018) destaca que o feminismo negro se consolidou enquanto movimento, entre 1960 e 1980, especialmente com a criação da *National Black Feminist*, nos Estados Unidos e com o desenvolvimento de uma epistemologia feminista negra, desenvolvida por intelectuais negras, tais como as citadas nesta seção, como Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins. No Brasil, observa-se que o feminismo negro começou a ganhar espaço a partir dos anos 80, tendo como marco o III Encontro Feminista Latino-Americano realizado em Bertioga, São Paulo. É a partir deste evento e de outros encontros de âmbito estadual e nacional, que surgiram os primeiros coletivos de mulheres negras em prol de uma identidade política e de um discurso feminista negro, além do início de uma vasta produção intelectual brasileira de mulheres negras, como referência os trabalhos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, dentre outras (MOREIRA *apud* RIBEIRO, 2018).

Ao realizar este breve resgate das origens do feminismo negro, considerando as perspectivas de algumas das principais referências do pensamento feminista negro, pode-se observar que há muito tempo, estas intelectuais já pontuavam sobre a importância da discussão de gênero interligada a outras formas de opressão como raça, classe, sexualidade ou idade, considerando que elas atuam de maneira simultânea, produzindo efeitos específicos sobre as experiências de mulheres negras e mulheres racializadas. Nesse sentido, Grada Kilomba (2019) destaca que se torna impossível analisá-las de maneira singular, comparativa ou cumulativa. As diferentes formas de opressões se entrecruzam, elas são interseccionais. Portanto, a interação das opressões coloca as mulheres negras em uma realidade específica, no qual somente a interseccionalidade consegue abarcar suas particularidades.

É importante destacar que o conceito de interseccionalidade foi cunhado somente em 1989 no campo do Direito, pela jurista, professora, feminista e intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw. Ao advogar casos emblemáticos de mulheres negras no sistema judicial dos EUA, Crenshaw percebeu que a maneira na qual as histórias e os casos demandantes de justiça eram enquadrados, analisados e interpretados pela justiça, em todas as instâncias, eram falhas e não se aplicavam à realidade das mulheres negras. Suas experiências na interpretação da justiça eram sempre baseadas nas experiências de homens negros quando envolviam casos de racismo, ou quando envolviam a discriminação de gênero, eram medidas a partir da realidade de mulheres brancas. Nas palavras de Kimberlé, entende-se que “sob esse ponto de vista, as mulheres negras são protegidas apenas à medida que suas experiências coincidem com as de

qualquer um dos dois grupos. Onde suas experiências são distintas, as mulheres negras podem esperar pouca proteção (CRENSHAW *apud* TÁBOAS, 2021, p. 5).

Assim, a partir desta constatação e da sistematização das diversas reflexões históricas levantadas pelo pensamento feminista negro sobre as várias formas de opressão e suas intersecções, que Kimberlé Crenshaw propôs o conceito da interseccionalidade (TÁBOAS, 2021). Para ela, a interseccionalidade se constitui como um conceito provisório e em expansão, sendo um importante instrumento analítico, político e jurídico, que permite analisar o modo em que “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2022, p. 177), além de permitir que novas formas de enfrentamento, como ações e políticas específicas, possam ser formuladas e aplicadas de maneira efetiva. A autora utiliza uma metáfora de intersecções para que o conceito seja compreendido da forma mais didática possível:

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Apesar do termo interseccionalidade não ter sido utilizado anteriormente a Crenshaw, esta perspectiva não é nova, ela representa uma continuidade das produções teóricas precedentes que foram desenvolvidas por outras feministas negras, especialmente no campo das ciências sociais. Carla Akotirene, em seu livro *Interseccionalidade*, lança críticas e apontamentos sobre o uso do conceito de interseccionalidade na atualidade, considerando seu grande alcance dentro da academia, especialmente após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

O conceito interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemídio e racismo epistêmico (AKOTIRENE, 2019, p. 30).

Através de uma escrita ancestral, diaspórica e decolonial, desafiando a cosmovisão e epistemologia ocidental branca, Akotirene (2019) aponta os “perigos do esvaziamento” que essa notoriedade e usos superficiais tem causado, onde o significado originalmente proposto tem se perdido em meio a tantas utilizações vazias propostas pelas branquitudes acadêmicas. Nesse sentido, quando abordamos feminismo negro e interseccionalidade, torna-se importante destacar a forma com que as feministas negras aliaram com excelência a produção acadêmica, ativismo e ancestralidade, onde essas conexões representam a essência do pensamento feminista negro (SANCHEZ, 2022).

Akotirene aponta essa questão de maneira brilhante, ao afirmar que “antes de se preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologias, a encruzilhada engolia oferendas analíticas contra nós” (AKOTIRENE, 2019, p. 15), e que, portanto, essas perspectivas representam uma sensibilidade analítica, uma ferramenta ancestral. Assim, compartilhando da visão de Jurema Werneck, podemos concluir que “os passos das mulheres negras vem de longe” e ainda existe uma longa caminhada a ser percorrida, considerando a continuidade de lutas que vem de gerações, sendo fruto de diferentes “temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental” (WERNECK, 2010, p. 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se propor discussões e reflexões da maternidade enquanto um fenômeno social e cultural, no sentido de contribuir com a desconstrução e desmistificação da maternidade enquanto questão natural e intrínseca ao ser mulher. A autoetnografia foi utilizada como método impulsionador das inquietações e questionamentos que encontrei vivenciando minha própria maternidade, frente a esse fenômeno que ainda é um tabu em nossa sociedade, carregando muitos estereótipos e estigmas. A análise da construção social e cultural da maternidade revelou como esse fenômeno tem sido construído historicamente em diversas culturas e épocas, sendo perpetuado ao longo dos séculos por meio de discursos sociais, culturais, políticos, religiosos e até mesmo científicos.

Ao longo da pesquisa, a revisão bibliográfica e a autoetnografia permitiram uma análise crítica desses discursos que, ao longo dos séculos, naturalizaram o papel materno como essencial à identidade feminina. A experiência pessoal da autora foi fundamental para complementar as discussões teóricas, oferecendo um olhar sensível e crítico sobre algumas das múltiplas dificuldades, cobranças e pressões enfrentadas cotidianamente pelas mulheres no contexto da maternidade. Esse movimento de autorreflexão não apenas expôs vulnerabilidades, sofrimentos e dores, mas também permitiu ressignificá-los, reforçando a ideia de que escrever sobre a maternidade é também uma forma de resistência contra os silenciamentos e as violências cotidianas que muitas mulheres enfrentam diante do maternar.

Portanto, cabe afirmar que a escrita deste trabalho representa um ato de coragem, um ato político. Como salienta Allebrandt (2023), escrever em primeira pessoa é uma forma de tomar o sofrimento como mobilizador de transformações internas e pessoais, mas principalmente como uma maneira de produzir mudanças significativas na forma com que nos aproximamos desse tema tão complexo que é a maternidade. Abraçar minhas vulnerabilidades e inquietações, e utilizá-las como fontes potencializadoras de discussões e questionamentos (SANTOS, 2017), assumindo meu lugar de fala enquanto mulher, mãe e pesquisadora, é não deixar que assuntos invisibilizados e menosprezados na sociedade, continuem no silêncio e no esquecimento.

A imagem da mãe perfeita e sempre disponível, ainda prevalece no imaginário coletivo, impondo padrões inalcançáveis às mulheres que se tornam mães. A internalização de padrões, expectativas e cobranças sociais, adocece. Ao longo deste

trabalho, procurou-se desmistificar essa ideia de maternidade “ideal” e da mãe perfeita, trazendo à tona as complexidades, dificuldades e realidades que são, muitas vezes, ocultadas pela visão romantizada da maternidade. A sociedade no qual estamos inseridas ainda se constitui a partir de modelos binários de gênero, hierarquizando relações e atribuindo poder e dominação a um grupo muito específico: homens, cis, héteros e brancos. A partir de diversas categorias e tecnologias de gênero, corpos e identidades femininas são controladas sistematicamente, através de violências, opressões e silenciamentos no qual as mulheres são submetidas neste sistema patriarcal, sexista e racista.

Podemos concluir que, a romantização, a normatização e a idealização da maternidade fazem parte de processos muito profundos e enraizados em nossa sociedade, sendo parte de um grande projeto sociocultural que busca amenizar, invisibilizar e silenciar mulheres diante de interesses e necessidades específicos, que continuam a contribuir com a manutenção da supremacia masculina e do Estado enquanto legitimador e reforçador de hierarquias e relações de poder. Além disso, é necessário dar mais enfoque nos aspectos psicossociais que envolvem a maternidade, especialmente durante o puerpério, momento em que nós mulheres, passamos a ter contato com a maternidade “real”. É importante lembrar que este trabalho foi desenvolvido em diferentes períodos da minha maternidade, desde a gestação até o presente ano, onde minha filha completa seus 2 anos e 5 meses. Juntamente com cada fase do “tornar-se mãe”, também vivenciei meu processo de “tornar-se mulher”.

Esses processos envolvem múltiplas transformações e ressignificações, que afetam diretamente questões psicológicas e emocionais. Ao longo de minha imersão nesse mundo da maternidade, foi possível perceber o quão enraizado esses discursos em torno da maternidade estão atualmente, e o quanto essas ideais, imposições e cobranças afetam a saúde mental de mulheres que vivenciam a maternidade. A partir do relato de várias mulheres que tive contato ao longo desta jornada de vida, observo como a maternidade impõe não apenas uma carga física diante de toda a responsabilização pelo cuidado dos filhos, mas especialmente uma carga psicológica, emocional e social. As mães, ao tentarem corresponder a esse modelo ideal, ainda que inalcançável, frequentemente se veem sobrecarregadas e culpabilizadas por não atingirem o padrão de perfeição que a sociedade tanto nos impõe.

Além disso, essas construções em torno da maternidade desconsideram totalmente a pluralidade de experiências maternas, tratando a maternidade como uma

experiência homogênea, desconsiderando o contexto socioeconômico, cultural, étnico e subjetivo das mulheres. Portanto, como sugestão de pesquisas futuras, compreendo que esta pesquisa pode e necessita ser continuada, de forma mais profunda e específica, com atenção à pesquisa sobre a saúde mental de mulheres mães. Além disso, no sentido de enriquecer e potencializar os estudos que encontrei nesta pesquisa, aponto a necessidade de utilizar da abordagem interseccional e do aporte da Antropologia Feminista, principalmente a voltada a área da saúde, para dar continuidade ao debate proposto, considerando que estas abordagens podem abrir espaços de diálogo sobre as reais experiências das mães, trazendo maior visibilidade às dificuldades e desafios do cotidiano materno em suas diferentes formas de ser mulher e mãe na sociedade.

Conclui-se que a desconstrução da romantização da maternidade é um passo essencial para garantir que as mulheres possam viver a maternidade de maneira mais autêntica, livre de pressões e expectativas irreais. Ao reconhecer a maternidade como uma experiência complexa, que envolve desafios, sacrifícios, mas também alegrias reais e imperfeitas, podemos avançar em direção a uma sociedade que acolha a pluralidade de experiências maternas e promova um debate mais equilibrado e inclusivo. É importante destacar o movimento empenhado pelas próprias mulheres ao longo da história para tornar esse debate visível na sociedade de modo geral, e no campo científico também. Por fim, espera-se que este trabalho contribua para uma reflexão crítica sobre os impactos dessa idealização e incentive futuros estudos que aprofundem a discussão sobre a maternidade, suas representações e implicações nas vidas das mulheres.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro), 152p., 2019.

ALLEBRANDT, Débora. **Planejando rotas de fuga**: uma autoetnografia dos desafios da humanização do parto no ambiente hospitalar em Maceió – AL. **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 24 n.3, p.420-445, fev. 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/412/41275406004/>

ARRAIS, Alessandra; AMORIM, Bianca; ROCHA, Luciana; HAIDAR, Ana Clara. Impacto psicológico da pandemia em gestantes e puérperas brasileiras. **Diaphora - Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, v. 10, n. 1). Porto Alegre, jan/jun 2021. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/219/235>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Manual de recomendações para a assistência à gestante e puérpera frente à pandemia de Covid-19** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL, Marina Valentim; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 427 – 446, set-dez/2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/03.pdf>

BOURGUIGNON, Ana Maria; GRISOTTI, Marcia. A humanização do parto e nascimento no Brasil nas trajetórias de suas pesquisadoras. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.485-502, abr.-jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zZddht4v88Y6Vz84frYyj7Q/?format=pdf&lang=pt>

CAETANO, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro**: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMER. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf)

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17 n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>

CARNEIRO, Rosamaria Giatti; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Partos, maternidades e políticas do corpo. Civitas: **Revista De Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 181–189, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.21835>

CARNEIRO, Rosamaria. Em nome de um campo de pesquisa: antropologia (s) do parto no Brasil contemporâneo. **Vivência**: Revista de Antropologia, v. 1, n. 44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/7020>

COMBAHEE RIVER, Coletivo. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. **Plural** – Revista do Programa de

Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, p.197-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/01112009-115122costa.pdf>

Conselho Regional de Psicologia (CRP). **Maternidades: da romantização aos efeitos na saúde mental das mulheres**. XVI Plenário (2019 - 2022). Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/888/282/1888282.pdf>

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1. ed. - São Paulo, 2016.

ELLIS, Carolyn. "Há sobreviventes": contando uma história de morte súbita. Sexualidad, Salud y Sociedad. **Revista Latinoamericana**, n. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/W4FrnY4krDSdQjBBxb9HrJC/?format=pdf&lang=pt>

FALQUET, Jules. Tradução: História do Coletivo Combahee River. Tradução de Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.124-137, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46660>

GILBERT, Olive. **E eu não sou uma mulher?**: A narrativa de Sojourner Truth. Imã Editorial Ltda. 1ª edição, 28 de agosto de 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. Erguer a Voz: **Pensar como feminista, pensar como negra**. Elefante, São Paulo, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rosa dos Tempos, 1. ed. - Rio de Janeiro, 2018.

HMCC. Hospital Ministro Costa Cavalcanti. **Maternidade**. Disponível em: <https://hmcc.com.br/maternidade/#:~:text=Conforme%20preconizado%20pelos%20Hospital%20Amigos%20da%20Crian%C3%A7a>

MAIZZA, Fabiana. De Mulheres e Outras Ficções: contrapontos em antropologia e feminismo. **ILHA**, v. 19, n. 1, p. 103-135, junho de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n1p103>

MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. "Maternidade guerreira": responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29(2), 2021.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero** - Dossiê parto, parteiras e maternidade. Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2. sem, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31010>

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de mujeres en América Latina**: estudio teórico comparado. Universitat de València, Instituto de La Mujer. Traducción de Jaqueline Cruz. Ediciones Cátedra, 1º edición, 2003.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.** [online]. , vol.24, n.1, pp.44-55, 2004. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>

NAKANO, Andreza Rodrigues; BONAN, Claudia; TEIXEIRA, Luiz Antônio. O trabalho de parto do obstetra: estilo de pensamento e normalização do “parto cesáreo” entre obstetras. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 415-432, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/i/2017.v27n3/>

NEVES, Naiara Maria Santana; LOPES, Giovanna De Carli. Reprodução, Partos, Maternidades e Paternidades: Perspectivas Contemporâneas em Antropologia e Saúde. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.5 n.4, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340287027\\_Reproducao\\_Partos\\_Maternidades\\_e\\_Paternidades\\_Perspectivas\\_Contemporaneas\\_em\\_Antropologia\\_e\\_Saude](https://www.researchgate.net/publication/340287027_Reproducao_Partos_Maternidades_e_Paternidades_Perspectivas_Contemporaneas_em_Antropologia_e_Saude)

OLIVEIRA, Aline Cristina de Paiva. Vivências de maternidade: desafios da maternagem na pandemia da Covid-19 em Rio Branco. **Ponto Urbe** [Online], 30 v.2, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/13136>

OLIVEIRA, Cintia de Freitas; et al. Apoio contínuo na assistência ao parto para redução das cirurgias cesarianas: síntese de evidências para políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(2):427-439, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2022.v27n2/427-439/pt>

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde. **Atualização epidemiológica**: Doença causada pelo coronavírus (COVID-19). 27 de setembro de 2021. Brasília, D.F.: OPAS/OMS, 2022.

PAIM, Heloisa Helena Salvatti . **Marcas no Corpo**: Gravidez e Maternidade nos Grupos Populares. In: V Reunião de Antropologia (Merco) Sul, 1995, Tramandaí. V Reunião de Antropologia (Merco) Sul, 1995.

PARANÁ. SECRETARIA DA SAÚDE DO PARANÁ (2020). **Nota de esclarecimento sobre Lei Estadual nº20.127**, de 15 de janeiro de 2020, que altera a Lei Estadual nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, e dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/uploadAddress/NOTA-DE-ESCLARECIMENTO-Lei-Estadual-n-20.127-de-15-de-Janeiro-de-2020-Secretaria-de-Saude-do-Estado-do-Parana-em-27-02-2020%5B4281%5D.pdf>

PARANÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, PODER LEGISLATIVO (2018). **Altera a lei nº 19.701**, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a lei nº 19.207, de 1º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica. Disponível em:

[https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem\\_dia/gValO7FuF9hdtuhSCUy09sCXNz2CIEHqbFAIVDVF.pdf](https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem_dia/gValO7FuF9hdtuhSCUy09sCXNz2CIEHqbFAIVDVF.pdf)

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>

PORTAL DO BUTANTAN. **Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil**. Instituto Butantan, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contr-covid-19-no-brasil#:~:text=Em%20113%20dias%20de%202021,67.723%20mortes%20confirmadas%20pelo%20Conass>

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. De volta às origens: mapeando os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, v. 31, n. 3, p. 50-68, 2022.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972/133158>

SCHEFFER, Daiani; OLIVEIRA, Gilson Batista de; GAMARRA, Carmen Justina; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Mulheres-Maria e mulheres feministas: um estudo sobre a história feminina e sua evolução. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 122-135, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/13883>

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**. Encontro Virtual, v. 7, n. 1, p. 101–122. Jan/Jul, 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948/pdf>

VASQUÉZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, n.6, p.167-181, jan-jun, 2014. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>

VERANI, Alana Pacheco dos Reis. **Tornando-se mães e antropólogas: Uma etnografia sobre experiências que desafiam ideais de maternidade e ciência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235188/PASO0553-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303/281>